

SUDECO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Brasília – DF

2022

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Unidade Prestadora de Contas e Unidade Apresentadora de Contas

Relatório de Gestão do exercício de 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, da DN TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e do documento Relatório de Gestão – Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado – 3ª edição – 2020.

Relatório de Gestão elaborado sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco.

Brasília – DF

2022

LISTA DE SIGLAS

Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
CGRCI	Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade
CGU	Controladoria-Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COARIDE	Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Condel/Sudeco	Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste
CRIFF	Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais
DIPGF	Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
DPA	Diretoria de Planejamento e Avaliação
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
NAD	Núcleo para Assuntos Disciplinares
NGRC	Núcleo de Gestão de Riscos e Controles
PAC	Plano Anual de Contratações
PDA	Plano de Dados Abertos
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJ	Pessoa Jurídica
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PRDCO	Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SISREF	Sistema de Registro Eletrônico de Frequência
Sudeco	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre os Resultados Alcançados pela COENG.....	40
Quadro 2 – Execução do Orçamento Administrativo em 2021	49
Quadro 3 – Força de Trabalho por Situação Funcional	53
Quadro 4 – Desfazimento de Ativos	62
Quadro 5 – Gastos com Serviços e Manutenção Predial em 2021.....	63
Quadro 6 – Necessidades mais Relevantes no Plano Diretor de Tecnologia da Informação.....	64
Quadro 7 – Principais Sistemas e Projetos Implantados em 2021	65
Quadro 8 – Processos Transformados em Digitais em 2021	65
Quadro 9 – Consumo de Energia Elétrica.....	67
Quadro 10 – Consumo de Resmas de Papel.....	68
Quadro 11 – Passivo Total	71
Quadro 12 – Patrimônio Líquido	71
Quadro 13 – Limites Máximos de Participação do FDCO conforme o Setor da Economia e a Localização do Empreendimento	72
Quadro 14 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2021.....	73
Quadro 15 – Desembolsos Realizados no Exercício de 2021	75
Quadro 16 – Resumo das Consultas Prévias Apresentadas em 2021	75
Quadro 17 – Empenhos Realizados no Exercício de 2021	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orçamento da Sudeco em 2021	43
Gráfico 2 – Empenhos e Pagamentos.....	44
Gráfico 3 – Restos a Pagar	45
Gráfico 4 – Empenhos por Grupo de Natureza da Despesa.....	45
Gráfico 5 – Empenhos por Programa	46
Gráfico 6 – Gastos com a Área Meio	48
Gráfico 7 – Proporção de Pagamentos entre as Áreas Finalística e Meio.....	48
Gráfico 8 – Quantidade e Percentual de Processos Analisados entre 2019 e 2021	50
Gráfico 9 – Gastos Administrativos	59
Gráfico 10 – Estágios da Despesa (em R\$).....	69
Gráfico 11 – Despesas Pagas por Grupo de Natureza da Despesa (em R\$)	70
Gráfico 12 – Ativo Total (em R\$).....	70
Gráfico 13 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2021.....	76
Gráfico 14 – Percentual de Valores por Tipologia dos Municípios Beneficiados – PNDR	77
Gráfico 15 – Percentual de Contratações por Tipologia dos Municípios Beneficiados – PNDR.....	77
Quadro 16 – Empenhos Realizados no Exercício de 2021	78

SUMÁRIO

1 – Mensagem do Dirigente Máximo.....	7
2 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	10
2.1 – Visão Geral sobre a Sudeco	10
2.2 – Eventos de Destaque em 2021	14
3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas	23
3.1 – Gestão de Riscos	23
3.2 – Oportunidades	26
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	28
4.1 – Governança, Estratégia e Resultados da Gestão	28
4.2 – Gestão Orçamentária e Financeira	43
4.3 – Gestão de Custos	47
4.4 – Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial (TCE)	49
4.5 – Gestão de Pessoas.....	53
4.6 – Gestão de Licitações e Contratos	58
4.7 – Gestão de Patrimônio e Infraestrutura.....	61
4.8 – Gestão de Tecnologia da Informação	63
4.9 – Sustentabilidade Ambiental.....	66
5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	69
5.1 – Resumo da Situação Orçamentária, Financeira e Contábil	69
5.2 – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).....	71
5.3 – Normas Legais e Técnicas Adotadas	79
5.4 – Localização dos Balanços, Demonstrações e Notas Explicativas.....	80

1 – Mensagem do Dirigente Máximo

O Relatório de Gestão busca demonstrar de forma sistematizada todas as atividades desenvolvidas no período de um ano pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e sua importância vai além da prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

A elaboração do documento exige dos gestores, inclusive do gestor máximo da Autarquia, total atenção e visão completa do desempenho de cada setor, de cada área, de cada diretoria e da Autarquia como um todo.

No Planejamento Estratégico 2018-2022, a Sudeco tem como missão a promoção do desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais, utilizando-se para tanto de ações articuladas entre os setores público e privado, a sociedade civil organizada e organismos internacionais, elaborando, coordenando e gerenciando programas e ações, apoiando e estimulando investimentos.

Esse deve ser o seu papel, sob a ótica da ética e da transparência, observando o tripé do desenvolvimento “sustentável, econômico e social”, com postura inovadora, buscando em suas ações a eficiência e a eficácia, dando efetividade aos programas e às políticas públicas, sempre em ação coordenada com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), ao qual a Sudeco está vinculada, juntamente com outras duas superintendências: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em 2021, mesmo com a pandemia de covid-19 e as dificuldades vivenciadas ao longo de todo o ano, a Sudeco conseguiu excelentes resultados, como também importantes avanços em diversas áreas.

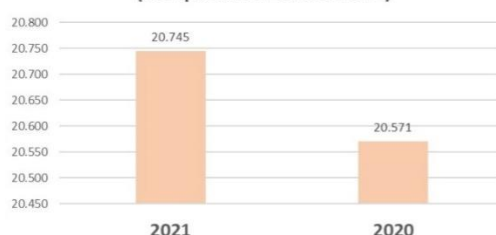
O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em 2021, atingiu um crescimento de 28% em relação ao ano de 2020, alcançando o valor de R\$ 9,7 bilhões em contratações.

R\$ 9,7 BILHÕES APLICADOS EM 2021

- CRESCIMENTO: + 27,93% (+R\$ 2,1 bilhões)
- DISTRIBUIÇÃO:
 - RURAL: 7,4 bilhões (76,3%).
 - EMPRESARIAL: R\$ 2,3 bilhões (23,7%)
 - TOMADORES DE “MENOR PORTE”: R\$ 7,4 bilhões (76,2%)



Quantidade de Aplicações
(comparativo 2020 x 2021)



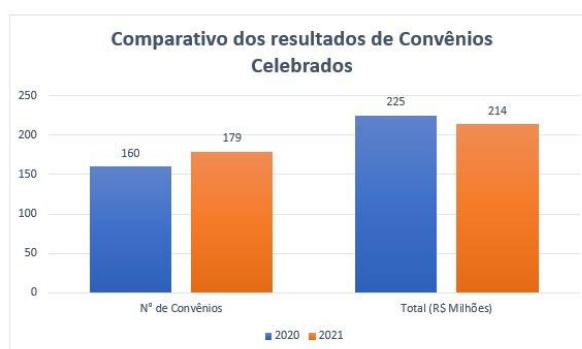
Das mais de 20 mil operações contratadas em 2021, cerca de 6 mil (30%) foram com novos beneficiários, ultrapassando, assim, a meta de 20% do índice de contratações com novos beneficiários no exercício.

Quanto à cobertura nos municípios da Região Centro-Oeste, alcançamos 99,8% do índice das contratações no exercício, ficando apenas um município de Mato Grosso sem operação.

Já o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) aprovou 12 consultas prévias, sendo 8 empenhadas, o que representa R\$ 1,9 bilhão em projetos para a Região Centro-Oeste.



Na área de convênios, os resultados foram bem satisfatórios, principalmente em relação à quantidade de instrumentos celebrados. Foram firmados, com recursos de emendas do orçamento impositivo, de bancada e de plano de ação, 179 instrumentos, um incremento de mais de 11% comparado ao exercício anterior.



Na área de governança e transparência, também obtivemos importantes avanços, propondo uma gestão que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle que respeite os valores e expectativas da Organização.

Reflexo disso, foi a instituição, pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI), do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) e aprovação dos seguintes documentos: a Declaração de Appetite a Risco, o Plano de Gestão de Riscos do Projeto Piloto, a atualização do Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos da Autarquia, bem como a Metodologia da Gestão de Riscos e Controles Internos.

Na Ouvidoria, foram acolhidas 120 manifestações, sendo 37 na Ouvidoria da Sudeco, 62 na Ouvidoria do FCO e 21 pedidos de informação no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O tempo médio de resposta foi de cerca de 10,5 dias, prazo menor do que a meta de atendimento estabelecida no Plano Estratégico da Instituição (15 dias).

Também obtivemos um importante avanço com a implementação do projeto piloto do Programa de Gestão por Demandas (PGD) a partir de novembro de 2021, num processo que contou com a colaboração não só da alta gestão como também dos servidores, devendo ser efetivamente implantado, ainda no primeiro semestre de 2022, advindo, assim, economia e mais eficiência ao serviço público.

Merece destaque o trabalho realizado pela Divisão de Prestação de Contas (DPC) que conseguiu entrar em 2022 com um estoque a analisar de apenas 75 convênios do total de 934 instrumentos sub-rogados à Sudeco em 2012.

Salienta-se também que 3 parcerias foram firmadas em 2021, ultrapassando a meta de 2 instrumentos que devem ser celebrados no ano, de acordo com o indicador “Quantidade de Parcerias Celebradas (QPC)”.

Como vimos, a Superintendência tem registrado avanços em sua gestão e buscado se aprimorar para suprir carências internas, melhorar a gestão e o controle dos recursos.

Os resultados demonstrados nesse documento mostram o compromisso e a competência da gestão da Sudeco e do seu quadro funcional, tanto com a qualidade do gasto público, quanto com o cumprimento da sua missão – que é promover o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Esses resultados abrem espaço para construirmos uma Instituição moderna, eficiente e cada vez mais transparente.

Nelson Fraga
Superintendente

2 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

2.1 – Visão Geral sobre a Sudeco

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, criada pela [Lei Complementar nº 129](#), de 8 de janeiro de 2009, que foi regulamentada pelo [Decreto nº 8.277](#), de 27 de junho de 2014, e [Decreto nº 8.890](#), de 27 de outubro de 2016, é autarquia de natureza especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. A área de atuação da Entidade abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Os referenciais estratégicos da Superintendência balizam o percurso da Organização a partir da definição de uma finalidade precípua (missão), da elaboração de uma meta de longo prazo (visão de futuro) e de princípios que regerão sua atuação (valores) conforme verifica-se a seguir.

Missão

Promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Propósito

Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais por meio da ação articulada com o setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais, elaborando, coordenando e gerenciando planos, programas e ações e apoiando e estimulando investimentos.

Visão

Ser reconhecida na formulação de políticas regionais que promovam o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Valores

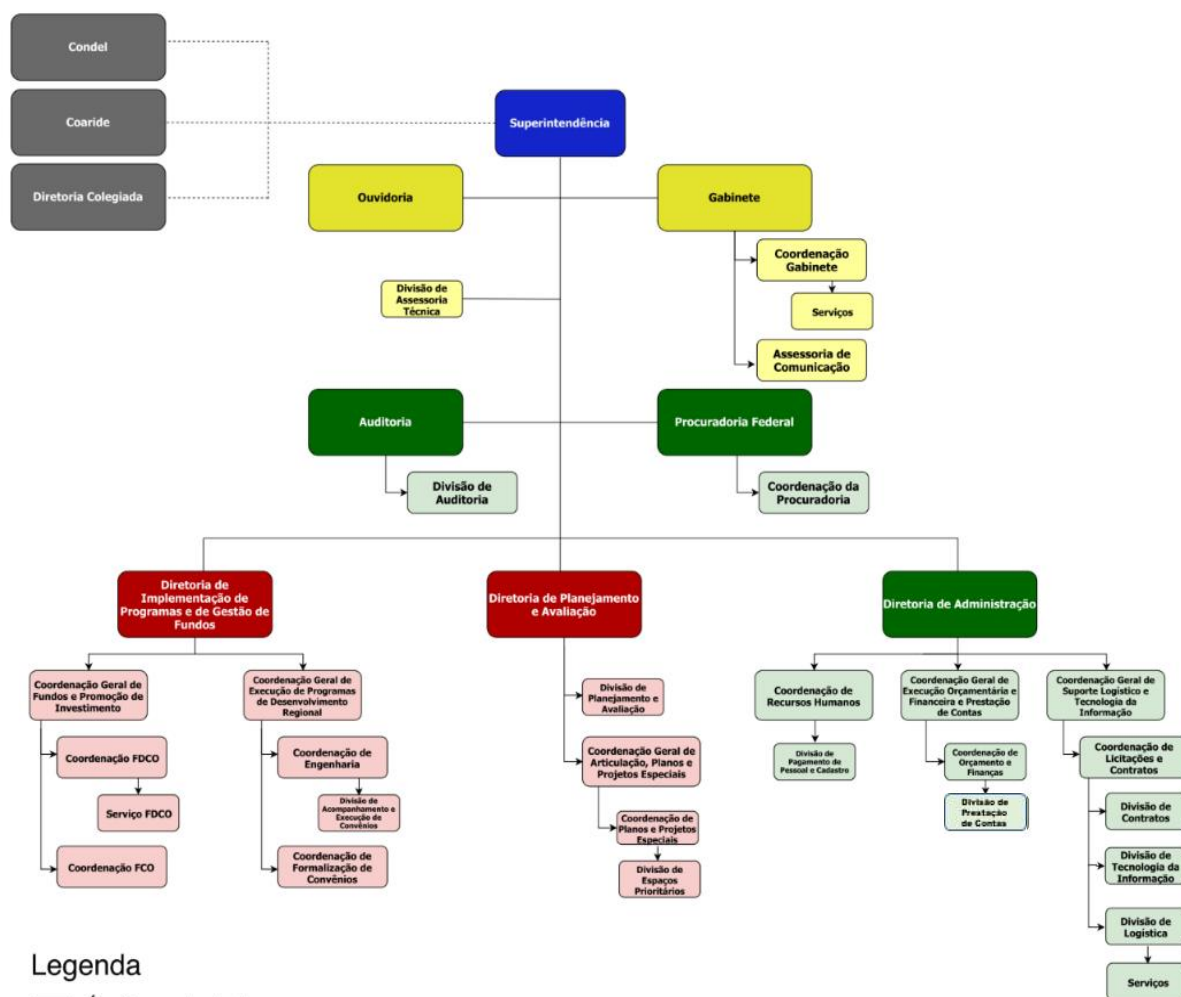
- Ética e Transparência.
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Postura inovativa.
- Eficiência, Eficácia e Efetividade.
- Valorização dos seus Profissionais.

A estrutura organizacional da Sudeco está definida no art. 3º do Anexo I do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014. Nessa estrutura está o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Ele é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente. Entre suas atribuições, evidenciam-se: a aprovação dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional. Maiores informações podem ser consultadas na [Resolução do Condel nº 118](#), de 8 de dezembro de 2021, que trata sobre o Regimento Interno desse Colegiado.

Além disso, a Sudeco também possui, vinculado a sua estrutura, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), que tem por finalidade coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Entre suas principais atribuições estão a de

coordenar as ações dos entes federados que compõem essa Região, aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE, harmonizar os programas e projetos de interesse dessa Região com os planos regionais de desenvolvimento, coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Essas e mais informações sobre o referido Conselho estão elencadas na [Resolução COARIDE nº 01/2011](#), de 20 de dezembro de 2011. As competências dos demais órgãos que compõem a Autarquia estão descritas no Decreto nº 8.277/2014.

Organograma da Sudeco



Legenda

- Órgãos colegiados
- Órgãos de assistência direta e imediata ao superintendente
- Órgãos seccionais
- Órgãos específicos singulares

Fonte: Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014.

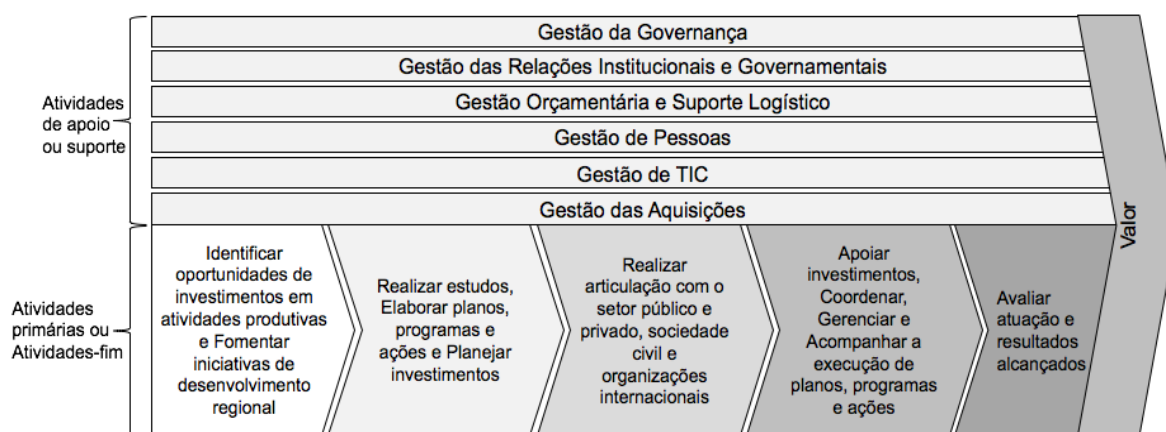
Além da Lei de criação da Sudeco e dos decretos que já foram citados, abaixo estão outras normas que direcionam a atuação da Autarquia:

- [Resolução nº 4](#), de 21 de maio de 2012, que aprova o Regimento Interno da Sudeco;
- [Resolução nº 12](#), de 12 de novembro de 2013, que altera disposição do Regimento Interno da Autarquia;
- [Resolução nº 70](#), de 08 de agosto de 2016, que aprova o Código de Ética da Sudeco;

- [Resolução nº 72](#), de 18 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia de Informação da Sudeco;
- [Resolução nº 73](#), de 22 de agosto de 2016, que dispõe sobre o Plano de Dados Abertos da Sudeco;
- [Resolução nº 12](#), de 13 de setembro de 2017, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos e Controles da Superintendência;
- [Resolução nº 15](#), de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Riscos da Entidade;
- [Resolução nº 6](#), de 06 de março de 2018, que dispõe sobre os procedimentos correccionais no âmbito da Superintendência e dá outras providências;
- [Resolução nº 9](#), de 14 de novembro de 2019, que estabelece a relação nominal dos municípios da Região Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da Sudeco no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste ([PRDCO](#)) 2020-2023;
- [Ato Sudeco nº 8](#), de 02 de novembro de 2020, que aprovou o Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos da Autarquia;
- [Ato Sudeco nº 9](#), de 18 de novembro de 2020, que aprovou a Metodologia da Gestão de Riscos e Controles Internos da Instituição;
- [Resolução Sudeco nº 12](#), de 01 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais, a serem observados no âmbito da Sudeco;
- [Resolução Sudeco nº 15](#), de 24 de março de 2021, que dispõe sobre a análise paramétrica de projetos de obras e serviços de engenharia no âmbito da Sudeco;
- [Resolução Sudeco nº 16](#), de 24 de março de 2021, que altera a Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019, para permitir a utilização de revestimentos do tipo tratamento superficial duplo ou triplo nas obras e serviços de engenharia objeto de convênios firmados com a Sudeco;
- [Resolução Sudeco nº 24](#), de 27 de maio 2021, que dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela Sudeco, com recursos alocados no Orçamento Geral da União no âmbito da Autarquia;
- [Resolução Sudeco nº 26](#), de 08 de junho de 2021, que altera dispositivos da Resolução nº 12, de 01 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais, a serem observados no âmbito da Sudeco;

- [Resolução Sudeco nº 28](#), de 4 de agosto de 2021, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidade das infrações praticadas pelos licitantes e contratados e estabelece procedimentos para aplicação de sanções administrativas no âmbito da Sudeco;
- [Resolução nº 33](#), de 10 de setembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos e as rotinas aplicáveis à celebração de convênios e aos contratos de repasse;
- [Resolução Sudeco nº 44](#), de 12 de novembro de 2021, que altera o disposto na Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021;
- [Resolução Sudeco nº 54](#), de 2 de dezembro de 2021, que aprova os Modelos de Formulários para Análise de Consulta Prévia no âmbito da Sudeco.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, reduzindo as desigualdades regionais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, o diagrama abaixo mostra o modelo de negócio (Cadeia de Valor) da Sudeco.



No [Planejamento Estratégico 2018-2022](#), disponível no sítio eletrônico da Autarquia, mais precisamente nas páginas 7 a 10 desse documento, há informações acerca dos insumos e produtos dos Macroprocessos Finalísticos da Cadeia de Valor da Sudeco, bem como seus respectivos fornecedores e clientes.

Para atingir a sua missão institucional, a Entidade utiliza o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), conforme estratégia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e outros instrumentos, como as transferências voluntárias.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi instituída pelo Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, e tem como finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. O normativo em questão é um dos norteadores da atuação da Autarquia e tem como uma de suas estratégias a criação de planos regionais.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. O plano foi aprovado pela [Resolução Condel/Sudeco nº 86/2019](#), de 20 de maio de

2019. Ele foi concebido com o intuito de ser um instrumento fundamental na orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos em atuação no Centro-Oeste e para a articulação com agentes privados interessados no desenvolvimento regional. Em 2021, a Superintendência concentrou seus esforços na aprovação do [Projeto de Lei nº 6161/2019](#), que pretende instituir o PRDCO 2020-2023 como uma lei. Entretanto, esse documento ainda está tramitando no Congresso Nacional.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela [Lei nº 7.827](#), de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), por sua vez, foi criado pelo art. 16 da Lei Complementar nº 129. De acordo com os incisos I e II desse artigo, o Fundo possui a finalidade de assegurar recursos para:

- I - a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- II - o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na região Centro-Oeste.

A Autarquia também desenvolve projetos de interesse para o Centro-Oeste por meio de transferências voluntárias que geralmente utilizam recursos oriundos da própria Entidade ou de emendas parlamentares. Em 2021, foram empenhados mais de 216 milhões de reais para atender os instrumentos firmados pela Sudeco (convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada – TEDs, entre outros) e foram pagos mais de 157 milhões de reais. Esses valores representaram um aumento de 56% em relação aos pagamentos realizados em 2020 nas execuções financeiras de caráter finalístico.

No exercício de 2021, nenhum contrato de gestão foi celebrado entre a Sudeco e o Ministério do Desenvolvimento Regional.

2.2 – Eventos de Destaque em 2021

Em 2021, alguns eventos se destacaram por sua relevância e pelo impacto que geraram na atuação da Autarquia que visa promover o desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de mudança que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Esses eventos estão elencados a seguir.

Moinho de Trigo JM busca apoio da Sudeco para instalação de fábrica em Luziânia (GO). Em 11/01/2021, representantes da empresa Moinho de Trigo JM Eireli vieram à Sudeco com o intuito de buscar apoio da Instituição, por meio do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), para a implementação do projeto de expansão da Moinho JM com a construção de uma fábrica na cidade de Luziânia (GO). Os representantes da Moinho JM realizaram uma apresentação de viabilidade do projeto à Sudeco. O valor total do empreendimento foi estimado em R\$ 82 milhões e a empresa buscou o suporte financeiro do FDCO de R\$ 40 milhões.

Consulta Pública sobre o Plano de Dados Abertos (PDA). Ela foi lançada, em 20 de janeiro de 2021, para identificar as bases de dados da Sudeco mais importantes para o cidadão. A criação da consulta pública faz parte de um conjunto de ações para a elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA), a fim de favorecer o engajamento da sociedade.

SEST SENAT e Sudeco caminham para estabelecer parceria. Em 10/02/2021, a Sudeco recebeu a gerente de novos negócios e parcerias do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), Luciana Malamin; a gerente de desenvolvimento profissional do SEST SENAT, Katiane Batista; a assessora da diretoria-executiva do SEST SENAT, Constance Escher; e o supervisor do conselho regional do SEST SENAT Centro-Oeste, Rwitter Ricardo Pinto; para tratar de oportunidades de parcerias entre as duas instituições.

Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. Evento ocorreu em 12/02/2021, no Senado Federal, para debater o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente, o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, apresentar os programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações.

Reunião para discutir Plano de Ação. Realizada, em 19/02/2021, com o intuito de avaliar a gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), bem como promover melhorias no acesso aos recursos do Fundo. O encontro foi realizado por videoconferência, com representante do Banco do Brasil (BB), do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e dos governos de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e do Distrito Federal.

Reunião com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Realizada, em 23/02/2021, para tratar das formas de apoio ao setor de laticínios no País, como forma de conter a crise do setor lácteo, provocada principalmente pelo aumento dos custos de produção.

Consórcio Codevale. Em 24/02/2021, a Sudeco participou de reunião com o prefeito do município de Santa Rita do Pardo (MS) e o presidente do Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema (Codevale), Lúcio Roberto Costa, para discutir assuntos referentes ao consórcio. O consórcio tem a participação de cinco municípios de Mato Grosso do Sul e tem por finalidade a união dos municípios para interesses em comum. Por meio dele, é possível agilizar articulações e tramitações por recursos e serviços junto aos governos estadual e federal.

Complexo Sete Curvas. Em 13/04/2021, a Superintendência recebeu o prefeito de Santo Antônio do Descoberto (GO), Aleandro Caldato, juntamente com representantes da Embrapa, da Fundação Certi, entre outros parceiros. O grupo apresentou ao superintendente, Nelson Fraga, o projeto Condomínio Industrial Sete Curvas, que visa à criação de um complexo industrial e comercial no município. O empreendimento tem o apoio do governo de Goiás, será localizado na divisa do estado com o Distrito Federal e é voltado para os segmentos industriais de confecção, tecnologia e lazer, com uma área de aproximadamente 990 mil m². Segundo a Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto (GO), o projeto prevê a criação de aproximadamente 3 mil empregos diretos e indiretos, durante a execução das obras, e, após sua implantação, espera-se gerar cerca de 2 mil empregos diretos e indiretos.

Consórcio Brasil Central (BrC). Em 26/04/2021, a convite do secretário executivo do Consórcio Brasil Central (BrC) e do vice-governador do Distrito Federal, Paco Britto, o superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, esteve no Palácio do Buriti para tratar de um acordo de cooperação entre as instituições que irá integrar esforços para um intercâmbio de conhecimentos e experiências em comum, com foco no desenvolvimento regional, maior articulação política e fortalecimento do Centro-Oeste. A parceria com o BrC vai fortalecer a ação nos estados e ampliar o

potencial de atuação no atendimento a projetos relevantes em áreas estratégicas, como logística, infraestrutura e desenvolvimento.

Workshop “Sudeco Itinerante”. Evento realizado, nos dias 19, 20 e 21/05/2021, com os integrantes do quadro de pessoal das prefeituras de Mato Grosso (MT). Eles tiveram a oportunidade de participar da primeira edição *online* idealizada pela Sudeco em parceria com a Associação Mato-grossense de Municípios (AMM), por meio da Bancada Federal de Mato Grosso. O objetivo do evento foi capacitar as novas equipes técnicas do setor de convênio, bem como engenheiros das prefeituras, com o intuito de ampliar os seus conhecimentos técnicos sobre a área de contratos.

Projeto de desenvolvimento para Paranaíba (MS). Em 26/05/2021, o superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, reuniu-se, na sede da Autarquia em Brasília, com a secretária de Obras, Urbanismo e Habitação do município de Paranaíba (MS), Milene Nagliati, o diretor do Departamento Municipal de Trânsito (Demutran), Miguel Corrêa da Cunha, além dos vereadores do município, Marcos Antônio Benites e Jair Fernandes Silveira, e a chefe de gabinete do deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Kelma Phelippe, para tratar do convênio entre a Sudeco e o município para execução do projeto de obras de recapeamento asfáltico em bairros da cidade, beneficiando aproximadamente 25 mil pessoas. O projeto tem um grande impacto urbanístico e econômico na localidade. A reunião contou também com a participação do coordenador do setor de engenharia da Sudeco, Stenio Rodrigues Barboza.

Caravana do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O evento realizado, em 02/06/2021, pela Secretaria de Economia do Distrito Federal foi destinado aos minis e pequenos produtores rurais, aos microempreendedores individuais e às micro e pequenas empresas e foi transmitido pelo canal da Secretaria de Economia no Youtube. O seminário teve o intuito de apresentar aos empreendedores as condições diferenciadas da linha de crédito com baixas taxas de juros e longo prazo de pagamento para iniciar, ampliar, modernizar ou realocar um empreendimento, entre outros benefícios.

Semana do Meio Ambiente. Evento promovido, em 02/06/2021, pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) e pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul). Ele abordou os desafios da administração pública frente às mudanças climáticas. Participaram do seminário *online* o governador Reinaldo Azambuja, o secretário Jaime Verruck, da Semagro, o diretor-presidente do Imasul, André Borges, e outros representantes de órgãos estaduais.

Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (CRIFF). Reunião realizada, em 15/06/2021, com o objetivo de promover a integração e alinhar as diretrizes das ações de apoio financeiro aos projetos produtivos do Centro-Oeste, com a participação do superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, do diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos da Superintendência, Renato Lima, de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Reestruturação do Parque de Exposições. Evento realizado, em 16/06/2021, no Parque Granja do Torto (PGT). O presidente do Instituto PGT, Eugênio Farias, apresentou o projeto, as empresas que estão com contratos assinados e as que apresentaram carta de intenção. Durante o encontro, foram destacados o volume de negócios e o número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, além de impostos que o governo do Distrito Federal irá arrecadar com a vinda de empresas para ocuparem o espaço na Granja.

Visita dos superintendentes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Houve uma reunião, em 22/06/2021, com Evaldo Cavalcanti Neto e Louise Caroline Löw, o diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos da Sudeco, Renato Lima, o chefe de gabinete da Sudene, Carlos Pedro Neto, o diretor de Planejamento, André Azevedo, e o diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos, Róger Castro, ambos da Sudam. Foram discutidas melhorias, novos projetos e ações integradas para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O objetivo do encontro foi reaproximar as três instituições que têm muitos interesses em comum.

Produtores de banana irrigada da Bahia. Em 01/07/2021, o superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, recebeu a visita do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus da Lapa (BA), Ervino Teobaldo Kogler, acompanhado do presidente do Conselho Administrativo do Distrito de Irrigação de Formoso, Antônio Márcio. Na ocasião, o superintendente e os representantes baianos tiveram a oportunidade de discutir ações voltadas para a bananicultura irrigada e os principais resultados colhidos na região, assim como compartilhar experiências de sucesso e implementá-las na Região Centro-Oeste. O município lidera a produção de banana no Brasil. O Distrito Irrigado de Formoso possui uma área de produção de aproximadamente 12.100 hectares.

Projetos “Juntos pelo Araguaia”, “Bacia do Pantanal” e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Reunião realizada, em 05/07/2021, com o secretário Especial de Assuntos Federativos da Presidência da República, Erick Moura, com os assessores parlamentares do senador Wellington Fagundes, Marinha Raupp e Ananias Martins, além do diretor-substituto de Planejamento e Avaliação (DPA) da Sudeco, Carlos Henrique de Araujo Filho. Na ocasião, foram discutidos os projetos “Juntos pelo Araguaia”, “Bacia do Pantanal” e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Caravana FCO. Realizada, em 15/07/2021, pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), em parceria com a Sudeco e o Sebrae Mato Grosso do Sul, no canal do YouTube do Sebrae Mato Grosso do Sul, com o intuito de ampliar o acesso ao crédito do FCO. O encontro virtual reuniu autoridades e pessoas estratégicas para informar sobre o passo a passo para a tomada de crédito.

XXVII Fórum do Banco do Nordeste de Desenvolvimento. Evento realizado de forma virtual, transmitido pelo canal do YouTube da instituição bancária, em 15/07/2021. O objetivo do encontro foi reunir especialistas e entidades de desenvolvimento regional para discutir iniciativas conjuntas em prol de uma agenda referente a aspectos ambientais, sociais e de governança.

Canal do Rodeador, situado na Bacia do Rio Descoberto, em Brazlândia (DF). Reunião ocorreu, em 20/07/2021, com a participação do governador interino do Distrito Federal, Paco Britto, no Palácio do Buriti, para alinhar os detalhes do lançamento da obra.

18ª Reunião do Comitê Técnico do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Realizada, em 27/07/2021, por meio de videoconferência utilizando a plataforma Microsoft *Teams*. Ela ocorreu com o intuito de apresentar e definir as novas deliberações, para os exercícios 2021 e 2022, do FCO e do FDCO.

Apresentação de projetos de polos industriais pela Prefeitura de Goiânia. Evento ocorreu, em 23/07/2021, em Goiânia (GO), e reuniu o prefeito, Rogério Cruz, autoridades locais, empresários e agências de cooperativismo. Nele foram apresentados projetos para o desenvolvimento da capital e para geração de emprego e renda. As iniciativas dos projetos viabilizam o Polo de Moda

da capital, o Polo Industrial nas imediações do Aterro Sanitário para atividades relacionadas à indústria de transformação do lixo e o Parque Tecnológico.

Reunião entre Sudeco e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) para avaliar pontos para o avanço das pesquisas científicas. Em 22/07/2021, a Sudeco, o MCTI e outras instituições debateram os desafios da pasta na viabilização de recursos para o setor de pesquisa no País. Participaram os secretários do MCTI, gestores da Sudene, da Sudam e representantes de instituições de apoio à pesquisa. O ministro ressaltou a importância da liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) pleiteada pelo MCTI junto ao Ministério da Economia. Estiveram na reunião representantes de instituições de amparo à pesquisa, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Evaldo Vilela, o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Waldemar Barroso, a presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Patrícia Ellen, e o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), Odir Dellagostin.

Caravana do FCO. A segunda edição *online* da Caravana do FCO ocorreu em 12/08/2021. O objetivo do evento foi ampliar o acesso ao crédito do Fundo em Mato Grosso do Sul, reunindo autoridades para informar sobre o passo a passo da tomada desse crédito. Antes realizado de forma presencial nos municípios, devido à pandemia de covid-19, o evento foi adaptado para a versão *online*. A ação é idealizada pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) junto à Sudeco.

Encontro com a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SFA/DF). Reunião realizada, em 16/08/2021, com o superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SFA/DF). O encontro propiciou o alinhamento entre a Sudeco e a SFA/DF em busca de fortalecer ações conjuntas em prol da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que compreende a integração de 33 municípios de Goiás e Minas Gerais, além do Distrito Federal, caracterizados pela disparidade e desigualdade socioeconômica dessas localidades.

Participação da Sudeco em *live* sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste. *Live* realizada, em 17/08/2021, em celebração ao Dia do Economista. “Desenvolvimento Regional: o caso do Centro-Oeste – potencialidades, oportunidades, fragilidades e ameaças” foi o tema abordado na palestra. O evento foi uma realização do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) em parceria com o Conselho Federal de Economia (Cofecon) e os Corecons de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Visita à capital goiana. Em 19/08/2021, o superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, visitou a capital goiana, onde reuniu-se com autoridades locais para tratar de assuntos em prol do desenvolvimento regional. Pela manhã, Fraga esteve com o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (Seapa), Tiago Mendonça, na sede da Secretaria, para discutir o andamento do projeto público de irrigação de Luiz Alves do Araguaia.

Seminário sobre o programa Pró-Cidades. Encontro *online* com representantes das regiões Norte e Centro-Oeste realizado em 24/08/2021. A iniciativa foi organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O objetivo do seminário foi apresentar o Pró-Cidades aos interessados em acessar esses recursos, mostrar o que o programa tem a oferecer e as diretrizes para a aplicação dos financiamentos. As ações foram focadas em cidades inteligentes e reabilitação de áreas urbanas.

Participação em reunião com o Corecon-DF. O objetivo da reunião, realizada em 24/08/2021, foi estreitar laços visando estimular ações e discussões em prol do desenvolvimento regional, principalmente da Região Centro-Oeste. A proposta foi firmar parceria, por meio de termo de cooperação, que possibilite ampliar a disseminação de técnicas econômicas voltadas para políticas públicas de fomento ao setor produtivo, empreendedorismo e gestão empresarial.

Discussão de novos projetos entre a Goiás Fomento e a Sudeco. Em 24/08/2021, o diretor presidente da Agência Goiás Fomento, Rivaél Pereira, visitou a sede da Sudeco, acompanhado de seu Chefe de Gabinete, Cairo Freitas. O gestor foi recebido pelo superintendente Nelson Fraga, conheceu as dependências da Instituição e aproveitou para discutir projetos para o estado de Goiás.

Rota do Vinho no DF. A convite da Vinícola Brasília, em 25/08/2021, o superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Nelson Fraga, conheceu as futuras instalações do empreendimento no Distrito Federal, que sonha em fazer da capital uma parada na rota do enoturismo nacional. Estiveram presentes o superintendente Federal de Agricultura (SFA/DF), William Barbosa, e os superintendentes Pessoa Física e Agronegócios e Pessoa Jurídica do Banco do Brasil, Fabrício Reis e Rudimar Locatelli, respectivamente, além da diretora de Defesa Agropecuária da SFA/DF, Janaína Garçone. Os gestores reuniram-se no escritório da AgroBrasília, a convite do presidente da cooperativa, produtor e vitivicultor, Ronaldo Triacca. No encontro, discutiram sobre as possíveis linhas de crédito e financiamentos bancários que possam apoiar a criação de uma “Rota do Vinho” na região, alinhada com o potencial turístico rural do Distrito Federal.

Projeto de Inovação da Cadeia da Fruticultura. Em 30/08/2021, houve a apresentação do Projeto de Inovação para Internacionalização da Cadeia da Fruticultura do estado de Goiás, na cidade de Cristalina (GO).

Programa Mecaniza Campo. O superintendente da Sudeco participou de uma solenidade, em 01/09/2021, em Goiânia, na sede da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), na qual houve a entrega de 45 pás-carregadeiras do Programa Mecaniza Campo. Esse programa do governo de Goiás visa melhorias na infraestrutura dos municípios, com a recuperação da malha viária, especialmente em estradas vicinais.

Participação na posse da nova diretoria da Federação das Associações Empreendedoras, Comerciais, Industriais, de Serviços, de Tecnologia, de Turismo e do Terceiro Setor do Estado de Goiás (Faciest). Esse evento ocorreu, em 02/09/2021, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia (GO). A Federação representa associações de setores do comércio, da indústria, serviços, agronegócios, tecnologia e o terceiro setor.

Sudeco, SFA e IFB dão continuidade ao alinhamento de projetos para o DF. No dia 08/09/2021, o superintendente da Sudeco, Nelson Fraga, participou de reunião na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SFA/DF) para dar prosseguimento às discussões sobre medidas de apoio a projetos do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina (DF), com foco no desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal. Os projetos que estão em discussão pelas instituições têm por objetivo favorecer a agricultura familiar e de pequenos produtores locais. A reunião foi realizada com o superintendente da SFA/DF, William Barbosa, o diretor do IFB Campus Planaltina (DF), professor Nilton Cometti, acompanhado do professor Vinícius Machado dos Santos e do gerente administrativo Dirceu Macagman, além da assessora da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF), doutora Cristyanne Taques.

Encontro semipresencial para debate sobre a implantação da FICO. Evento realizado, em 09/09/2021, na Câmara Municipal de Água Boa (MT). A Sudeco participou do webinar

e destacou como contribuir no processo de implantação e desenvolvimento da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO).

Implementação da FICO. Em 15/09/2021, o superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Nelson Fraga, analisou, junto ao prefeito de Água Boa (MT), Mariano Kolankiewicz Filho, formas de apoio financeiro ao projeto de implementação e desenvolvimento da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO). Durante o encontro, autoridades locais avaliaram as formas de apoio para o desenvolvimento do projeto.

Propostas para o setor produtivo do DF. O superintendente da Sudeco, em 21/09/2021, reuniu-se com a assessora parlamentar do deputado distrital Fernando Fernandes, a senhora Luciene Rodrigues, e com o superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (SFA/DF), William Barbosa, para discutir a viabilidade de projetos voltados ao desenvolvimento do setor produtivo local que possam ser apoiados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Projeto do Canal do Rodeador. Reunião realizada, em 22/09/2021, com os integrantes da Seagri-DF, para tratar do andamento do projeto do Canal do Rodeador, localizado em Brazlândia (DF), que recebe apoio da Autarquia por meio de convênio. A ação beneficiará 96 famílias que dependem das águas para a irrigação de sua produção.

Rota Bioceânica. Participação, em 24/09/2021, na *live* sobre os novos aspectos da Rota Bioceânica. O “UEMS na Rota”, realizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), apresentou os novos desdobramentos econômicos da Rota Bioceânica.

Ferrovia Norte-Sul. Encontro realizado, em 28/09/2021, na sede da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Nesse encontro, os gestores discutiram tratativas de parceria em prol dos municípios de Goiás e possibilidades de apoio ao desenvolvimento desses municípios em toda extensão da Ferrovia Norte-Sul.

Revitalização das microbacias do Centro-Oeste. O superintendente da Sudeco participou de reunião com o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Pedro Neto, para tratar de parceria para a viabilização do projeto de revitalização das microbacias do Centro-Oeste. O encontro teve por objetivo propor uma agenda única entre as instituições para iniciar um conjunto de ações e políticas públicas que possam promover preservação das microbacias hidrográficas, em sinergia com os setores produtivos das cidades ribeirinhas, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

Sudeco e prefeitura de Goianésia (GO) discutiram desenvolvimento do polo têxtil. Reunião realizada, em 06/10/2021, com o prefeito de Goianésia (GO), Leonardo Menezes, e o deputado federal José Nelto para discutir formas de apoio da Autarquia para viabilizar o desenvolvimento do polo têxtil do município. O projeto visa a instalação de 20 empresas no setor e deve gerar mais de mil empregos diretos. O projeto do polo têxtil de Goianésia prevê a estrutura de um complexo de 33.000 m², com 13.000 m² de área construída e a criação de 20 galpões.

Sudeco e senadores discutiram medidas de apoio a empresas. No dia 06/10/2021, o superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Nelson Fraga, esteve na liderança do Partido Social Democrático (PSD) no Senado Federal para discutir com parlamentares do Centro-Oeste e com a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do estado de Goiás (Adial Goiás) formas de apoio ao empresariado por meio do FCO. O objetivo da reunião foi iniciar uma série de debates e buscar, em conjunto, soluções por meio de políticas públicas que possam favorecer a revisão das taxas de administração, taxas de juros e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) do FCO.

Webinário “Como fazer um projeto básico de sucesso”. No dia 13/10/2021, a equipe da Sudeco realizou webinário para orientar engenheiros, arquitetos e outros profissionais com o objetivo de auxiliar o corpo técnico de prefeituras que tiveram seus projetos celebrados com a Autarquia em 2021. O webinário teve o objetivo de alinhar conhecimentos entre a Superintendência e os municípios e, com isso, adequar melhor as apresentações dos projetos de engenharia.

8ª Reunião Ordinária da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). Em 20/10/2021, o superintendente da Sudeco ministrou uma palestra sobre as linhas de crédito para empresas das áreas de tecnologia e serviços, com a participação do diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos e da coordenadora-geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimentos da Superintendência.

Projeto de ciclovia. No dia 26/10/2021, a Sudeco recebeu o secretário de Desenvolvimento de Rio Brillhante (MS), Hugo Koji Suekame, para tratar sobre o projeto que prevê a construção de uma ciclovia no município, cujo objetivo foi discutir alguns procedimentos técnicos do projeto básico para agilizar a celebração do convênio com a Autarquia.

Sudeco e Sudene discutem desenvolvimento regional para 2022. Em 28/10/2021, os gestores da Sudeco estiveram reunidos com o diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudene, Raimundo Matos, para dar sequência a articulações para o desenvolvimento regional dos Fundos Constitucionais em 2022. O encontro teve como objetivo alinhar estratégias com vistas às potencialidades regionais, projetos e programas com foco em ações conjuntas.

Empresa apresenta nova tecnologia para estradas vicinais. A Sudeco recebeu a visita, em 03/11/2021, do prefeito do município de Inocência (MS), Antônio Ângelo, além dos gestores da empresa Pavion, os diretores Nilson Pereira e Victor Hugo. O objetivo do encontro foi apresentar à Superintendência o projeto de tecnologia para estabilização de solo que promete melhorar as estradas vicinais do Centro-Oeste.

Projetos para produtores rurais. Reunião realizada, em 04/11/2021, com o secretário da Seagri-DF, Candido Teles, para discutir projetos de apoio à infraestrutura no campo e o desenvolvimento do setor rural no Distrito Federal. A proposta das instituições é articular a viabilização de recursos públicos para compra de maquinários. A previsão é realizar um investimento de aproximadamente R\$ 15 milhões.

Apresentação do projeto do novo polo têxtil. Reunião realizada, em 08/11/2021, no município de Goianésia (GO). Ela contou com a participação do superintendente da Sudeco, autoridades políticas e empresários locais para tratar sobre o novo empreendimento do município. Foram discutidas novas oportunidades de geração de emprego e renda para a região.

Projeto de revitalização do centro histórico de Porto Murinho (MS). Encontro ocorreu, em 11/11/2021, com o prefeito de Porto Murinho (MS), Nelson Ribeiro, para discutir projetos de desenvolvimento que fortalecerão as potencialidades do município, parte integrante da [Rota Bioceânica](#). Durante o encontro, os gestores trataram sobre parceria para projeto de revitalização do centro histórico de Porto Murinho, objetivando a preservação de prédios centenários que contam a história da cidade. Segundo o prefeito, a implementação do projeto será um grande atrativo turístico para receber empresários e investimentos oriundos da Rota Bioceânica, que interliga os litorais do Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico no Cone Sul da América do Sul.

Projetos para a implantação de pontes metálicas em estradas vicinais da região. Reunião realizada, em 12/11/2021, com o deputado federal, Vander Loubet, de Mato Grosso do Sul, para tratar da criação de projetos para a implantação de pontes metálicas em estradas vicinais da

região. A proposta discutida pelas autoridades visa melhorar a trafegabilidade das vias rurais do estado, substituindo as estruturas de madeira por pontes mais resistentes, como é o caso das estruturas metálicas com encabeçamento de concreto.

1º Seminário Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades. Evento realizado, em 18/11/2021, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). A Sudeco participou do evento no qual foram iniciadas as discussões para a elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada, instrumento que busca orientar políticas públicas que visem a ampliar a oferta hídrica e fomentar atividades produtivas em conjunto com programas de oferta de águas em pequenas propriedades.

Projeto de ferrovia em Mato Grosso (MT). A Sudeco e a empresa Rumo Logística reuniram-se, em 30/11/2021, para dar sequência às articulações de implementação da primeira ferrovia de Mato Grosso (MT). Com o projeto, serão implantados 730 quilômetros de linha férrea no estado. A ferrovia ligará Rondonópolis a Cuiabá e Rondonópolis a Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, além de se conectar com a malha ferroviária nacional, em direção ao Porto de Santos (SP). Com a implantação da ferrovia, Mato Grosso será mais competitivo, com maior capacidade de escoamento dos produtos do agronegócio e haverá redução dos custos do frete e do transporte. De acordo com o governo do estado, pelo menos 27 municípios próximos ao traçado da linha férrea devem ser beneficiados diretamente com a obra.

15ª Reunião do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Reunião realizada, em 08/12/2021, por meio de videoconferência utilizando a plataforma Microsoft Teams.

Projeto Porto Seco. No dia 08/12/2021, a Sudeco recebeu a visita do deputado federal Neri Geller e de gestores do projeto Porto Seco, do município de Rondonópolis (MT). Participaram do encontro representantes da transportadora Labuta e da Alfa Consultoria. O objetivo da visita foi buscar apoio para a implantação de um Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) na região que visa melhorar a logística de escoamento.

Programa Mecaniza Campo. Em 16/12/2021, a Sudeco, juntamente com o governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), entregou 18 caminhões-pipa a prefeituras goianas.

Cabe ressaltar que a participação nesses eventos foi substancialmente afetada pelas ações de prevenção à covid-19, uma vez que, em função das medidas de distanciamento social, vários eventos foram cancelados.

3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Gestão de Riscos

Visando uma gestão integrada, que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão junto à Controladoria Geral da União determinaram, por meio da [Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1](#), de 10 de maio de 2016, que órgãos e entidades públicas do governo federal instituíssem, entre outras medidas, Comitês de Governança, Riscos e Controles.

Com a finalidade de atender essa Instrução Normativa, a Sudeco instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), por meio da [Portaria nº 157](#), de 27 de junho de 2017, e aprovou a sua Política de Gestão de Riscos, por meio da [Resolução nº 15](#), de 16 de outubro de 2017, que tem o intuito de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos a serem observados e seguidos pela Autarquia. A Portaria nº 157/2017 foi revogada pela [Portaria nº 150](#), de 17 de maio de 2018, que instituiu o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade da Sudeco.

Em 2021, foi dado prosseguimento à implantação da gestão de riscos na Sudeco a partir da atualização do seu Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos, cujo principal objetivo é orientar a operacionalização da Gestão de Governança, Riscos e Controles Internos da Sudeco. Além disso, também houve a atualização da Metodologia da Gestão de Riscos e Controles Internos da Superintendência, em cumprimento às diretrizes da Política de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução nº 15, de 16 de outubro de 2017.

No Plano, são apresentados os aspectos conceituais acerca da gestão de riscos, assim como ações prioritárias relativas à gestão de riscos da Autarquia, visando à eficiência e eficácia no alcance dos objetivos institucionais e na prestação de serviços à sociedade. Já a Metodologia estabelece o fluxo das ações internas que irão auxiliar na identificação e tratamento das ameaças e vulnerabilidades da Autarquia, permitindo uma melhor tomada de decisão.

A atualização do referido Plano e Metodologia foram aprovadas pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI) da Sudeco em 23 de dezembro de 2021. Além disso, o Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) no âmbito da Sudeco, instituído pela Portaria Sudeco nº 223, de 08 de janeiro de 2021, que foi alterada pela Portaria Sudeco nº 318, de 27 de agosto de 2021, vem trabalhando no sentido de implantar o Projeto Piloto de Gestão de Riscos, a fim de mitigar o impacto causado por alguns riscos que podem vir a comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição. As informações sobre gestão de riscos estão no [site da Autarquia](#).

Adicionado a isso, as áreas da Superintendência têm mitigado seus riscos e observado as principais dificuldades de enfrentamento dessas ameaças de acordo com suas especificidades de trabalho.

No tocante às emendas parlamentares, as emendas individuais impositivas somente foram liberadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) no final de abril de 2021 e a disponibilização das emendas impositivas de bancada, pela Secretaria de Gestão da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/SEDGG/ME), ocorreu no final de junho de 2021. Essa demora impactou diretamente a inserção de propostas na Plataforma +Brasil pelos proponentes, assim como na conclusão das análises a cargo da Sudeco, com vistas à celebração dos instrumentos ou ao impedimento técnico dessas propostas.

Destaca-se que essa demora nas definições orçamentárias, ocorrida em 2021, exigiu esforços redobrados dos servidores da Coordenação de Formalização da Autarquia, encarregados pela análise das propostas e formalização dos instrumentos. Entretanto, não foi observado qualquer prejuízo à conclusão dos trabalhos, apesar do menor espaço de tempo disponível para realização de todos os procedimentos.

Logo, os riscos inerentes e associados a tal fato puderam ser observados e solucionados no decorrer das atividades, pois a interação da Coordenação com os envolvidos no processo e também a ausência de novas demandas no final do exercício permitiram o sucesso na celebração dos instrumentos no tempo disponível. Para mitigar os riscos, a Coordenação utilizou-se de meios eficientes e trabalhou junto aos proponentes visando à observância dos prazos estabelecidos para o devido cumprimento das diligências inseridas na Plataforma +Brasil, o que culminou com o êxito de cada proposta.

Além dos instrumentos celebrados em 2021, houve também o acompanhamento dos processos licitatórios dos convênios já celebrados, inclusive dos realizados no próprio exercício de 2021. Isso ocorreu porque boa parte dos convenientes inseriram, na Plataforma +Brasil, as licitações realizadas, tendo em vista que a maioria dos instrumentos celebrados em 2021 se enquadraram no regime simplificado, em conformidade com o art. 66, §4º, inciso II, da [Portaria nº 558](#), de 10 de outubro de 2019, do Ministério da Economia, *in verbis*:

Art. 66. A aplicação do Regime Simplificado implica na adoção das seguintes medidas:

.....

§ 4º Nos instrumentos do Regime Simplificado, o concedente, a mandatária e o conveniente deverão observar os seguintes prazos:

.....

II - para os instrumentos do Nível IV:

a) o início das ações afetas ao procedimento licitatório para execução do objeto, pelo conveniente, deverá ocorrer no prazo máximo de sessenta dias, contado da data de assinatura do instrumento ou aceite do termo de referência;

.....

Ou seja, para os instrumentos celebrados, tendo como objeto a aquisição de equipamentos com valores de repasse iguais ou superiores a R\$ 100.000,00 e inferiores a R\$ 1.000.000,00, a legislação prevê um prazo para o início dos procedimentos licitatórios. Apesar disso, os preços dos equipamentos se mostraram bastante oscilatórios, o que também acarretou na celebração de uma quantidade elevada de termos aditivos de valor.

Cabe ressaltar que havia o risco de a celebração de instrumentos com cláusula suspensiva por inexistência de projeto básico no momento da assinatura do convênio refletisse negativamente nas atividades de 2021. Entretanto, o governo federal autorizou a prorrogação excepcional do prazo para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados nos anos de 2019 e 2020. Porém, devido à intensa notificação e conscientização dos convenientes, por meio de ofícios e registros de pareceres na Plataforma +Brasil, além de contato telefônico acerca da importância do cumprimento da cláusula suspensiva em tempo hábil, não foi necessária a prorrogação dessa cláusula em nenhum instrumento.

Ainda enfrentando dificuldades relacionadas à pandemia de covid-19, no ano de 2021, devido às notificações aos convenientes com a adequada antecedência, por meios de comunicação oficial (Plataforma +Brasil e e-mail) e também por meio de contato telefônico com o intuito de rastrear e sanar dúvidas em relação à documentação e conscientizá-los acerca da importância da entrega de documentações no prazo legal, nenhum convênio foi extinto por falta de entrega de documentação no prazo adequado.

No tocante ao acompanhamento da execução dos convênios, as vistorias, em 2021, continuaram suspensas pela impossibilidade de deslocamento dos servidores para realização das vistorias *in loco*, tendo em vista a necessidade de observância das recomendações dos órgãos de saúde pública quanto às ações de prevenção ao contágio da covid-19. Dessa forma, caso as vistorias *in loco* sejam retomadas em 2022, será necessário um estudo minucioso para a programação das vistorias pendentes e estipulação da meta a ser cumprida de forma a não prejudicar o andamento de outras atividades da Coordenação de Engenharia (COENG) da Sudeco.

Além disso, em 2021, a exemplo de anos anteriores, a COENG perdeu força de trabalho, com a saída de servidores, um engenheiro civil e um engenheiro de produção, para outra instituição da Administração Pública e para o mercado privado.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), com a publicação do [Decreto nº 10.152](#), de 2 de dezembro de 2019, o qual aprova o novo Regulamento do FDCO, houve a revogação do [Decreto nº 8.067](#), de 14 de agosto de 2013, que regulamentava até então os atos do Fundo.

Ocorre que diversos dispositivos que estavam previstos no Decreto nº 8.067/2013, e que estabeleciam procedimentos operacionais básicos acerca da utilização dos recursos do Fundo, não foram reproduzidos no novo Diploma Regulamentador, que optou por deixar essa matéria para futura regulamentação conjunta dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional, nos termos do seu art. 8º:

Art. 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional estabelecerá as normas para estruturação e padronização dos procedimentos básicos relativos aos investimentos a serem realizados, inclusive quanto às informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação dos recursos.
Parágrafo único. As normas previstas no caput serão observadas na elaboração do ato normativo que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as competências estabelecidas em lei.

Diante disso, foi publicada a Portaria Interministerial nº 2, de 22 de junho de 2021, que estabelece normas de estruturação e padronização dos procedimentos básicos para aprovação da participação financeira do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) em projetos, bem como dispõe sobre as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação desses recursos.

As competências conferidas à Sudeco pelo art. 10, incisos VII e XVIII, do Anexo do Decreto nº 10.152/2019, lhe autorizam a, respectivamente, "editar normas complementares à execução do disposto neste Regulamento" e "elaborar proposta de regulamento que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento", observadas as normas previstas no ato conjunto editado pelos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.

Assim, com vistas a conferir a necessária segurança jurídica à atuação da Superintendência na aplicação dos recursos do FDCO, foi editada a Resolução Condel/Sudeco nº 114, de 9 de novembro de 2021, que aprova o regulamento desse Fundo, o qual dispõe sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento.

No intuito de minimizar os riscos de perdas de prazos e realizar o controle gerencial do Fundo, foi elaborada pela Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF), em formato Excel, planilha de controle gerencial contemplando todas as etapas do processo, que é monitorada periodicamente pelos colaboradores que atuam diretamente na execução dos serviços.

A Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA), assim como toda a Autarquia, possui um instrumento que contribui para a mitigação de potenciais riscos, que é o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Ele permite um panorama mais completo dos processos e documentos em trâmite pela unidade, dando transparência, visibilidade e agilidade aos processos.

Outros meios utilizados pelo setor são a Plataforma +Brasil, antigo Siconv, e a realização de vistorias *in loco*. Como forma de acompanhar os projetos ativos, celebrados por meio de termo de execução descentralizada – TED, a Diretoria analisa a prestação de contas de sua execução por meio de registros fotográficos e/ou lista de presença, no caso de cursos, ou por qualquer outra forma que comprove que o projeto foi executado de acordo com o objeto pactuado.

Com o intuito de minimizar os riscos, além de seguir as legislações pertinentes aos convênios, por meio da [Portaria Interministerial nº 424](#), de 30 de dezembro de 2016, que foi alterada pela [Portaria nº 558](#), de 10 de outubro de 2019, e aos termos de execução descentralizada, por intermédio do [Decreto nº 10.426](#), de 16 de junho de 2020, a DPA promove o acompanhamento constante junto aos gestores e responsáveis pelos projetos, atuando de forma conjunta durante toda a execução para que ao menor sinal de problema, ele seja imediatamente sanado.

Assim como outros setores, a Diretoria possui um reduzido quadro de pessoal, já que conta com a colaboração de apenas 13 integrantes, entre servidores e terceirizados, o que impacta diretamente na sua capacidade de produção de resultados.

Nesse sentido, cabe destacar que, por meio da Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019, a Sudeco institucionalizou a análise informatizada de prestação de contas de convênios, nos parâmetros da [Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5](#), de 6 de novembro de 2018, fixando os limites de tolerância ao risco dos convênios elegíveis na análise preditiva, compreendidos nas faixas de valores definidas, conforme metodologia de avaliação de riscos disciplinada na referida Instrução Normativa, ao considerar o custo médio de uma análise conclusiva de prestação de contas. Tendo em vista que a existência do passivo de convênios vinha sendo alvo de constantes diligências por parte dos órgãos de controle, a Autarquia buscou os meios efetivos para saná-la.

3.2 – Oportunidades

Em seu Planejamento Estratégico, a Sudeco analisou, por meio da matriz SWOT, o cenário externo, oportunidades e ameaças, e interno, forças e fraquezas, de toda Organização.

Matriz SWOT

F Forças	<ul style="list-style-type: none"> • SUDECO é gestora de fundos de relevância (FCO e FDCO) • Localização geográfica no centro do poder político • Bom relacionamento com entes federados • Área de atuação específica (Centro-Oeste) • Servidores Jovens e com potencial • Boa estrutura física 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta evasão da autarquia • Ausência de gestão por competência • Alta rotatividade dos gestores • Ausência de Plano de Carreira específico • Baixo investimento em TIC • Descontinuidade do mapeamento de processos • Ações de divulgação institucional de baixo resultado • Insuficiência de plano de capacitação • Carência de servidores • Impossibilidade de conceder incentivos fiscais • Ausência de assessoria parlamentar 	F Fraquezas
O Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Região CO ser promissora e dinâmica • Emendas parlamentares • Demanda crescente por práticas sustentáveis • Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste • Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais • Parcerias com setor público e privado 	<ul style="list-style-type: none"> • Restrição orçamentária e financeira • Ingerência política • Extinção da SUDECO • Instabilidade política • Ingerência nos Fundos • Fragilidade das políticas de desenvolvimento regional • Extinção dos fundos (FCO e FDCO) 	A Ameaças

A análise SWOT é uma ferramenta clássica e tradicional para a análise do ambiente. É amplamente utilizada nos processos de planejamento estratégico, em razão de sua simplicidade e das opções de análise e customização. Por meio do confronto entre os elementos do ambiente interno (forças/strengths e fraquezas/weaknesses) e do ambiente externo (oportunidades/opportunities e ameaças/threats), a matriz identifica fatores-chave da gestão que permitem estabelecer prioridades de atuação.

Em se tratando das oportunidades identificadas, elas estão elencadas a seguir:

- ✓ Região Centro-Oeste ser promissora e dinâmica;
- ✓ Emendas parlamentares;
- ✓ Demanda crescente por práticas sustentáveis;
- ✓ Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste;
- ✓ Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais;
- ✓ Parcerias com setor público e privado.

Com o intuito de aproveitar as oportunidades elencadas, em 2021, podem ser citados alguns protocolos de intenções e convênios firmados com as seguintes instituições:

- Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás (GO) para a confecção de estudo com o intuito de realizar um diagnóstico do setor mineral do estado de Goiás e para a realização de diagnóstico econômico e social regionalizado desse estado;
- Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para a realização de estudo a respeito da dinâmica dos arranjos produtivos locais nos municípios de Mato Grosso do Sul e sua relação com o Corredor Bioceânico e os modais de transporte no desenvolvimento local e regional;
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) para a cooperação na elaboração e no desenvolvimento de programas de capacitação profissional voltados aos trabalhadores que atuam com transporte nos municípios e estados do Centro-Oeste, de forma a apoiar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- Instituto Jovem Exportador (IJEX) para a implementação de ações de divulgação, promoção de eventos e captação de recursos para a inserção das micro e pequenas empresas no mercado internacional, por intermédio de pesquisas de mercado, consultorias, cursos de qualificação, realização de missões comerciais voltadas à exportação de produtos e serviços e projetos de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor produtivo do Centro-Oeste;
- Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC) com vistas ao intercâmbio de conhecimentos e experiências, além da realização de ações conjuntas de cooperação institucional, em áreas de interesse comum, com foco na promoção do desenvolvimento regional, maior articulação política e fortalecimento da região.

Outras informações a respeito desses instrumentos serão tratadas no capítulo 4 – Governança, Estratégia e Desempenho.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1 – Governança, Estratégia e Resultados da Gestão

Os objetivos estratégicos da Sudeco estão delineados em seu Planejamento Estratégico. A Autarquia orienta suas ações em prol de alcançar resultados almejados nesse Plano, que foi desenvolvido em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e teve atualizações aprovadas pela Diretoria Colegiada da Superintendência. Ele retrata a concepção estratégica e as principais diretrizes que nortearão a atuação da Entidade, conforme o Mapa Estratégico abaixo.

Mapa Estratégico da Sudeco



Dessa forma, a Autarquia planejou o cumprimento da sua missão e os objetivos estratégicos para o exercício de 2021 por meio de seu Planejamento Estratégico. Além disso, os trabalhos desenvolvidos pela Sudeco observam diversos instrumentos na orientação de suas políticas e ações. Em uma escala mais ampla, levam-se em conta os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Outro importante balizador é o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023, que consiste em um plano voltado à orientação de políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável para os diversos entes federativos da Região, à cooperação entre agentes públicos e privados e à aproximação com a sociedade civil.

No que diz respeito aos dirigentes e colegiados da unidade, o Decreto nº 8.277/2014 estabelece que a Diretoria Colegiada da Sudeco é presidida pelo seu superintendente e composta por mais três diretores. Ela compreende a estrutura responsável pela governança da Autarquia. É por meio dela que ocorrem as tomadas de decisão estratégica e a supervisão da gestão. Seus integrantes fazem

parte do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade da Superintendência. Dessa forma, também são responsáveis pelas deliberações sobre gestão de riscos e controles internos.

As decisões da Diretoria Colegiada são tomadas com o intuito de cumprir os objetivos estratégicos da Entidade. Entre outros assuntos, ela é responsável por exercer a administração da Autarquia, editar normas sobre matérias atribuídas à Sudeco e autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais. As competências da Diretoria Colegiada e de seus gestores estão elencadas no dispositivo legal supracitado e no [Regimento Interno](#) da Autarquia, instituído pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012.

O processo de tomada de decisão realizado pela alta administração da Sudeco leva em consideração os marcos orientadores já citados: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 e o Planejamento Estratégico da Autarquia. Dessa forma, as decisões tomadas seguem a mesma linha de pensamento e visam atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Por meio dessas deliberações da alta cúpula e das legislações vigentes, a Entidade garante a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da Organização, além da transparência na aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, antes de qualquer celebração de ajuste entre a Sudeco e parceiros, a equipe técnica analisa o objeto da parceria enquadrando-o nas legislações pertinentes àquele assunto e instrumento.

Essa análise leva em consideração alguns documentos, como, por exemplo, o PRDCO 2020-2023; a Lei Complementar nº 129/2009; a Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019, e suas alterações, até ser revogada pela Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021, com um dispositivo alterado pela Resolução Sudeco nº 44, de 12 de novembro de 2021, que dispõem sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela Autarquia, com recursos alocados no Orçamento Geral da União; e a Resolução Sudeco nº 9, de 14 de novembro de 2019, que estabelece a relação nominal dos municípios do Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da Entidade no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a PNDR e o PRDCO. Outro protocolo seguido é a atuação da Procuradoria Federal junto à Sudeco para assessorá-la juridicamente no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

No que diz respeito ao processo de escolha dos dirigentes, em 2021, tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, o superintendente e os três diretores da Sudeco são de livre escolha e nomeação pelo presidente da República. As nomeações para os demais cargos da Autarquia, conforme prevê o anexo I, art. 17, inciso VI, do Decreto nº 8.277/2014, são de responsabilidade do superintendente. Entretanto, cabe ressaltar que as nomeações para cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, níveis 3 e 4, e equivalentes, foram prescindidas de apreciação prévia pela Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 1º da [Portaria nº 1.056](#), de 11 de junho de 2003.

Outro colegiado de relevância para a Região Centro-Oeste é o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Ele é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente. Possui vários componentes, como os governadores das unidades federativas da Região Centro-Oeste, ministros de estado, representante dos prefeitos da área de atuação da Superintendência, representantes da classe empresarial, dos trabalhadores, de organização não governamental, o superintendente da Sudeco e o presidente da instituição financeira administradora do FCO. Esse colegiado, entre outras atribuições, possui a incumbência de aprovar os planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a

promoção dos setores relevantes da economia regional. Mais informações sobre o Condel/Sudeco podem ser encontradas na sua [Resolução nº 118](#), de 8 de dezembro de 2021.

Outro órgão colegiado com atuação no Centro-Oeste é o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), cuja autorização de criação foi dada pela [Lei Complementar nº 94](#), de 19 de fevereiro de 1998, a qual foi regulamentada pelo [Decreto nº 7.469](#), de 4 de maio de 2011. A sua finalidade é a coordenação das atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Entre as suas competências estão a aprovação e a supervisão de planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado dessa Região. O Regimento Interno do COARIDE foi aprovado pela [Resolução nº 01/2011](#), de 20 de dezembro de 2011.

Em atendimento aos parágrafos 6º e 7º do art. 10 da Lei Complementar nº 129/2009, o Condel/Sudeco, por meio da [Resolução do Condel nº 120](#), de 8 de dezembro de 2021, aprovou o Regimento Interno do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (CRIFF). Esse Comitê foi criado com o objetivo de promover a integração das ações de apoio financeiro aos projetos de infraestrutura e de serviços públicos e aos empreendimentos produtivos de grande relevância para a Região Centro-Oeste. Órgão de administração colegiada, de natureza permanente e de caráter consultivo, o CRIFF é presidido pelo superintendente da Sudeco e integrado por representantes da administração superior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e por um representante da instituição financeira federal de natureza regional responsável pela administração do FCO. Como a administração do Fundo é exercida pelo Banco do Brasil, considera-se suprida essa última representação.

Quanto ao relacionamento com a sociedade, os serviços de atendimento ao cidadão da Autarquia englobam a Ouvidoria da Sudeco, a Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). As Ouvidorias são um mecanismo de exercício da democracia participativa, com duas grandes finalidades: a primeira é realizar o controle social da qualidade do serviço público, auxiliando a busca de soluções para os problemas existentes nos órgãos do Estado; a segunda é promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações recebidas, encaminhando-as para os órgãos competentes e acompanhando sua tramitação, para, posteriormente, fornecer a resposta adequada ao usuário.

A Ouvidoria da Sudeco foi instituída pela Lei Complementar nº 129/2009, com atribuições definidas pelo Decreto nº 8.277/2014 e pela Resolução Sudeco nº 4, de 21 de maio de 2012. Em atendimento ao art. 9º da [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informações ao Cidadão foi instituído e tem como funções atender e orientar os cidadãos sobre pedidos de informação, sobre a tramitação de documentos, entre outras.

A Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criada pelo art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e regulamentada pela [Resolução Condel/Sudeco nº 049/2016](#), de 06 de julho de 2016. É um canal de comunicação para facilitar o contato direto entre os usuários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e a sua administração.

Em 2021, foram acolhidas 120 manifestações, sendo 37 na Ouvidoria da Sudeco, 62 na Ouvidoria do FCO e 21 pedidos de informação no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As manifestações são classificadas de acordo com as necessidades do cidadão, conforme descrito abaixo:

- Denúncia – ato que indica a prática de irregularidades ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

- Elogio – demonstração de reconhecimento ou de satisfação sobre o serviço público oferecido ou atendimento recebido;
- Reclamação – demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público ou à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;
- Solicitação de providências – pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal;
- Solicitação de simplificação – manifestação efetivada por meio de formulário denominado “Simplifique!”, com a finalidade de promover a participação do usuário de serviço público no processo de simplificação e desburocratização de serviços, nos termos do art. 13 do [Decreto nº 9.094](#), de 17 de julho de 2017;
- Sugestão – apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da Administração Pública federal.

Considerando a diversidade que caracteriza a população e buscando facilitar o acesso de todos os usuários, as Ouvidorias e o SIC disponibilizam os seguintes canais para manifestações:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) – <https://falabr.cgu.gov.br>;
- Correio Eletrônico – ouvidoria@sudeco.gov.br, ouvidoria.fco@sudeco.gov.br e sic@sudeco.gov.br;
- Telefones – (61) 3251-8506 / 8511;
- Atendimento Presencial – de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis;
- Carta – Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 20º andar – Brasília/DF – CEP: 70.040-908.

Em relação ao prazo de resposta, para as Ouvidorias, o atendimento às manifestações deve ocorrer no prazo de 30 dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período, conforme prevê a [Lei nº 13.460](#), de 26 de junho de 2017.

Para denúncia, as Ouvidorias devem oferecer resposta conclusiva ao denunciante, no prazo de 15 dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 dias.

O Serviço de Informações ao Cidadão possui um prazo diverso. A resposta deve ser concedida imediatamente se a informação estiver disponível. Caso isso não seja possível, a Administração Pública deverá fornecer resposta ao cidadão em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

No ano de 2021, o tempo médio de resposta das Ouvidorias e do SIC foi de cerca de 10,5 dias por solicitação, prazo menor do que a meta de atendimento estabelecida para o indicador Tempo Médio de Resposta às Solicitações (TMR) previsto no Planejamento Estratégico da Sudeco, que é de 15 dias por solicitação.

Ademais, desde 2020, as Ouvidoria da Sudeco e do FCO e o SIC estão realizando pesquisa própria de satisfação dos usuários para avaliação da qualidade do atendimento devido à baixa quantidade de respostas aos formulários realizados pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR).

Com o objetivo de dar maior visibilidade e transparência às suas ações, e atendendo a determinação do art. 7º da Lei nº 13.460/2017, a Superintendência atualizou a sua Carta de Serviços ao Usuário, com informações claras e precisas em relação aos principais serviços prestados pela Autarquia. O documento pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudeco ou no link a seguir: [Carta de Serviços ao Usuário](#).

Em relação à atuação da Sudeco, a Autarquia orienta suas ações observando diversos objetivos e indicadores delimitados no seu Planejamento Estratégico. Os objetivos estratégicos constituem conquistas que precisam ser alcançadas para o cumprimento da missão institucional. Já os indicadores vinculam-se diretamente a esses objetivos e têm a finalidade de medir o desempenho e auxiliar na aplicação de correções na atuação da Organização para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Dessa forma, os resultados serão demonstrados por meio de alguns indicadores do documento supracitado. Ressalta-se que alguns objetivos estratégicos e indicadores que não possuam relação direta com a missão institucional não serão tratados nessa parte do Relatório. Cabe lembrar que a missão da Sudeco é promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Tendo isso em mente, os objetivos da Autarquia foram criados com o intuito de ajudar direta ou indiretamente a tratar os problemas relacionados ao desenvolvimento do Centro-Oeste, como deficiências de infraestrutura, baixo aproveitamento de potencialidades locais em atividades produtivas, ocorrência de níveis inadequados de capacitação para atender as necessidades do mercado de trabalho, entre outras questões.

Objetivo Estratégico – Fortalecer a Gestão Estratégica

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Índice de Projetos Alinhados ao Mapa Estratégico (IPAME)	IPAME = QPAME/QP x 100 QPAME: quantidade de projetos alinhados ao Mapa Estratégico. QP: quantidade de projetos.	Apresenta o percentual de projetos alinhados ao Mapa Estratégico.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	100%.	100%.

A viabilização desses projetos ocorreu por meio da utilização de ações orçamentárias em consonância com as já mencionadas Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019, e suas alterações, Resolução Sudeco nº 24, de 27 de maio de 2021, e Resolução Sudeco nº 44, de 12 de novembro de 2021.

Objetivo Estratégico – Mapear e Organizar Processos de Trabalho

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Índice de Tomadas de Contas Especiais Enviadas à CGU dentro do Prazo Legal (ITCEPL)	$ITCEPL = \frac{QTCEPL}{QTCEI} \times 100$ QTCEPL: quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias. QTCEI: quantidade de TCE's instauradas.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias.	Gabinete e Auditoria-Geral / Chefe de Gabinete e Auditor-Geral.	70%.	0%.
Duração Média das Análises de Tomadas de Contas Especiais - TCE (DMTCE)	$DMTCE = \frac{DATCE}{TTCEA}$ DATCE: somatório dos dias de análise das tomadas de contas especiais (TCEs) pela Auditoria-Geral. TTCEA: total de TCEs analisadas pela Auditoria-Geral.	Quanto menor a quantidade de dias para análise de tomadas de contas especiais pela Auditoria-Geral, melhor.	Auditoria-Geral / Auditor-Geral.	15 dias por TCE analisada pela Auditoria-Geral.	6,5 dias por TCE analisada pela Auditoria-Geral.

Em relação ao indicador ITCEPL, não houve encaminhamento à CGU de TCE instaurada em 2021. Apesar de 3 TCE's terem sido instauradas nesse exercício, nenhuma prosperou, dado que uma foi revogada, em virtude da necessidade de análise de nova documentação apresentada pelo Conveniente; outra foi arquivada após aprovação com ressalva de sua prestação de contas; e, na última, o conveniente solicitou parcelamento do débito, suspendendo a TCE até a quitação do valor devido.

Mesmo não tendo sido concluída nenhuma TCE instaurada, foi possível aferir o desempenho da Unidade de Auditoria-Geral junto à Sudeco nas análises realizadas nos processos, por meio do indicador Duração Média das Análises de Tomadas de Contas Especiais - TCE (DMTCE).

A meta desse indicador, estabelecida no Planejamento Estratégico da Autarquia, é de quinze dias para analisar uma TCE. Em 2021, essa meta foi atingida, sendo que a análise, por processo de TCE, foi feita em uma média de 6,5 dias pela Unidade de Auditoria.

Objetivo Estratégico – Ampliar Parcerias para Fomentar Investimentos

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Quantidade de Parcerias Celebradas (QPC)	QPC = quantidade de parcerias celebradas.	Apresenta a quantidade de instrumentos de parceria para fomento de investimentos no Centro-Oeste com organizações do setor público e privado celebrados.	Sudeco / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	2 por ano.	3.

Em se tratando do indicador QPC, no ano de 2021, houve a celebração de 3 parcerias. A primeira foi com o SENAT, um protocolo de intenções que tem por objetivo criar programas de capacitação profissional voltados aos trabalhadores que atuam com transporte nos municípios e estados do Centro-Oeste. O segundo, um protocolo de intenções com o consórcio Brasil Central que visa focar na atuação conjunta em 8 áreas de interesse comum: Desenvolvimento Econômico e Social; Agropecuária; Infraestrutura e Logística; Industrialização; Educação; Empreendedorismo; Inovação e Meio Ambiente. Por último, houve um protocolo de intenções com o Instituto Jovem Exportador que tem por finalidade a implementação de ações de divulgação para a inserção das micro e pequenas empresas no mercado internacional.

Objetivo Estratégico – Viabilizar Estudos e Projetos para Promover o Desenvolvimento Regional

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Quantidade de Estudos Realizados (QER)	QER = quantidade de estudos realizados ou contratados.	Apresenta a quantidade de estudos realizados ou contratados.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais.	1 estudo por ano.	1.

No que diz respeito ao indicador QER, verifica-se que a meta anual de um estudo foi alcançada em 2021. Esse estudo referia-se aos quatro meios de transporte no Centro-Oeste: ferroviário, rodoviário, aquaviário e aeroviário.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR)	$\text{ICALR} = \frac{\text{QCALR}}{\text{QCC}} \times 100$ QCALR: quantidade de convênios aptos para liberação de recursos. QCC: quantidade de convênios celebrados.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de convênios aptos para liberação de recursos em relação à quantidade de convênios celebrados.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	80% para a CFOR. 20% para a COENG.	93,7% (CFOR). 27,02% (COENG).

Em 2021, na CFOR, foram 89 convênios aptos para liberação de recursos, de um universo de 95 convênios celebrados, com um resultado alcançado de 93,7%, percentual maior que o obtido no ano anterior que foi de 91,1%, e ainda acima da meta estabelecida. Isso pode estar relacionado, entre outros fatores, ao fato de os municípios realizarem os processos licitatórios tão logo à celebração do convênio, tendo em vista os prazos e à alta oscilação de preços dos equipamentos. Vale ressaltar que os convênios só ficam aptos à liberação dos recursos financeiros após o aceite do processo licitatório.

Em se tratando do Índice de Convênios Aptos para Liberação de Recursos (ICALR), a COENG alcançou 27,02%, um percentual que se demonstrou estável em relação ao ano anterior, quando apresentou um valor de 28,39%, tendo uma variação de apenas 1,37 ponto percentual.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Índice de Vitorias Finais (IVF)	$\text{IVF} = \frac{\text{QVFR}}{\text{QVFP}} \times 100$ QVFR: quantidade de vitorias finais realizadas. QVFP: quantidade de vistoriais finais planejadas.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de vitorias finais realizadas em relação à quantidade de vitorias finais planejadas.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	80% para a CFOR. 80% para a COENG.	0,0% (CFOR). 0,0% (COENG).

O resultado do IVF da CFOR e da COENG, para o exercício de 2021, foi zero por cento, tendo em vista que a pandemia de covid-19 continuou assolando o Brasil e o mundo, o que impossibilitou a execução das vitorias planejadas para o exercício.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Quantidade de Contratos de Repasse (QCR)	QCR: quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária.	Representa a quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária.	Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	Todos.	0.
Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC)	$IDEC = \frac{Q_{proj}}{Q_{pax}}$ QProj: quantidade de projetos na área. Qpax: quantidade de pessoas alocadas na área.	Quanto maior o valor, maior a quantidade de projetos por pessoa na área.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	12 para a CFOR. 25 para a COENG.	38,1 (CFOR). 22 (COENG).

O índice zero para o QCR ocorreu pela ausência de celebração de contrato de repasse, no exercício de 2021, dado que a Administração optou pela formalização de convênios para todas as propostas relacionadas a obras e serviços de engenharia.

O resultado alcançado pela CFOR para o IDEC foi de 38,1 projetos por pessoa, ou seja, bem acima do índice da meta estabelecida de 12 por pessoa. Nesse caso, o número de colaboradores na Coordenação ficou baixo, pois a área conta com 10 pessoas. Já para a COENG, o resultado desse indicador foi de 22 projetos por servidor, o que resultou em uma demanda de trabalho estável para os servidores da área.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Tempo Médio para Aprovação (TMA)	$TMA = \frac{TPA}{QPA}$ TPA: tempo para aprovação. QPA: quantidade de projetos analisados.	Representa o tempo médio (em dias) empreendido para a aprovação dos projetos.	Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	200 dias por projeto analisado.	32,42 dias por projeto analisado.

O Tempo Médio para Aprovação (TMA) foi de 32,42 dias por projeto analisado, valor inferior ao do ano de 2020 (94,62). A meta foi extrapolada para um valor relativamente alto porque esse indicador foi calculado para a Coordenação de Formalização (CFOR) e para a Coordenação de Engenharia (COENG), área que trata das transferências voluntárias cujos objetos referem-se à

realização de obras. No caso de obras, o tempo para aprovação do projeto básico costuma ser bem alto porque os convenientes demoram para encaminhar os documentos, bem como, para solucionar as pendências levantadas em análises do corpo técnico da Autarquia.

No caso das propostas cujos objetos dizem respeito à aquisição de equipamentos, as quais são analisadas apenas pela CFOR, esse tempo para aprovação do termo de referência costuma ser baixo. Isso porque existe uma previsão na Portaria 424/2016 segundo a qual para convênios relacionados a equipamento e custeio, cujo valor de repasse seja superior a R\$ 100.000,00 e inferior a R\$ 1.000.000,00, faixa de valores mais comum para as propostas analisadas pela Coordenação, é obrigatória a apresentação do Termo de Referência e o convênio somente pode ser celebrado com a sua aprovação.

De um modo geral, os resultados alcançados pela área de formalização de convênios foram bem satisfatórios, principalmente em relação à quantidade de instrumentos celebrados e aos valores firmados.

Objetivo Estratégico – Fortalecer Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2021
Quantidade de Projetos Analisados (QPA)	QPA = quantidade de projetos especiais demandados à Coordenação-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais (CGAPPE) e analisados.	Apresenta a quantidade de projetos especiais demandados à CGAPPE e analisados.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais.	15 por ano.	19.
Quantidade de Visitas Institucionais (QVI)	QVI = quantidade de visitas institucionais visando otimizar o relacionamento com entidades atendidas pela Sudeco ou buscar novos projetos.	Apresenta a quantidade de visitas institucionais visando otimizar o relacionamento com entidades atendidas pela Sudeco ou buscar novos projetos.	Diretoria de Planejamento e Avaliação - DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais.	1 visita institucional em cada unidade federativa do Centro-Oeste por ano.	5.

Todos os instrumentos analisados pela Diretoria de Planejamento e Avaliação seguem as resoluções mencionadas na análise do Índice de Projetos Alinhados ao Mapa Estratégico (IPAME) e, portanto, estão de acordo com o Mapa Estratégico. Em 2021, foram analisados 19 projetos, sendo que a meta era 15 por ano. É válido registrar que esse índice não foi mensurado em anos anteriores, pois trata-se de uma nova forma de quantificar as análises feitas pela Autarquia.

Outro ponto de destaque são as visitas aos entes federados, cuja meta era de uma visita a cada um. Entretanto, em função da pandemia e da restrição orçamentária, foram realizadas 4 visitas ao estado de Goiás e uma ao Distrito Federal. Dessa forma, a meta para esse indicador foi cumprida parcialmente.

Além disso, como principais projetos executados ao longo do ano de 2021, com o intuito de trazer desenvolvimento para a Região Centro-Oeste, têm-se os seguintes:

- Termo de Execução Descentralizada – TED entre a Sudeco e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Dourados (MS) a fim de capacitar agricultores familiares para viabilizar a produção sustentável de alimentos na propriedade e realizar cursos de capacitação, dando continuidade ao processo de aprendizagem e aperfeiçoamento dos agentes multiplicadores atuantes em diferentes polos agro econômicos do estado de Mato Grosso. Valor total de R\$ 450.804,00;
- Termo de Compromisso nº 0251/2011 com o estado de Goiás para a continuação do desenvolvimento da obra referente ao sistema de irrigação em Luiz Alves do Araguaia que permita o aproveitamento hidroagrícola, com área útil de 6.579,91 ha para irrigação de lavouras, predominantemente com arroz. Valor: R\$ 131.864.834,91, sendo R\$ 125.873.534,05 o valor de repasse da União e R\$ 5.991.300,86 a contrapartida do estado;
- Convênio com o município de São Gabriel do Oeste (MS) para a realização de cursos profissionalizantes para a população desse município. Valor: R\$ 206.940,00, sendo R\$ 200.000,00 o valor de repasse da União e R\$ 6.940,00 a contrapartida;
- Termo de Execução Descentralizada nº 36/2013 e Convênio nº 799486/2013 firmado entre a Sudeco e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS para estímulo à cadeia produtiva da erva-mate e capacitação técnica dos agricultores familiares envolvidos. Valor: R\$ 2.750.000,00, sendo R\$ 2.500.000,00 o valor de repasse e R\$ 250.000,00 a contrapartida;
- Termo de Execução Descentralizada nº 01/2019, que tem como propósito realizar uma feira popular com produtos exclusivamente provenientes da agricultura familiar com bases agroecológicas e para empreendedores agrícolas e artesãos locais, celebrado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Campos Belos (GO), em agosto de 2019, com um valor de R\$ 132.151,20;
- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 02/2019, cujo propósito é o desenvolvimento de horta e pomar comunitários irrigados para agricultores familiares em risco social no Nordeste Goiano, firmado entre a Superintendência e o Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos (GO), com um valor de R\$ 117.000,00, e que foi concluído no decorrer do ano de 2021;
- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018 firmado entre a Autarquia e o Instituto Federal de Goiás para dar continuidade ao projeto de processamento de polpa de frutos do Cerrado, realizado durante o ano de 2017 e com nova etapa de desenvolvimento para os anos seguintes, junto à comunidade agrícola do Indaiá, voltado à formação, pesquisa e capacitação para o setor econômico. Valor: R\$ 96.600,00;

- Convênio nº 886538/2019, que visa a promoção e desenvolvimento do artesanato por meio da realização de oficinas profissionalizantes no município de Cidade Ocidental – GO, com recurso previsto para sua execução de R\$ 200.401,00 e contrapartida de 401,00;
- Convênio nº 813923/2014 celebrado entre a Sudeco e o município de Alvorada do Norte (GO) para a promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Paranã (GO) por meio da inovação tecnológica no aproveitamento das fruteiras nativas do cerrado e unidades demonstrativas, conjugado com ações de assistência técnica focada nos agricultores familiares. Valor: R\$ 1.100.000,00, sendo R\$ 1.000.000,00 da União e R\$ 100.000,00 do município;
- Convênio nº 919054/2021 com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que visa realizar um estudo para entender a dinâmica dos arranjos produtivos locais nos municípios do Mato Grosso do Sul e sua relação com o Corredor Bioceânico e os modais de transporte no desenvolvimento local e regional, buscando avaliar a estrutura modal de transportes, considerando a implantação do Corredor, como forma de identificar os arranjos produtivos a fim de propor ações sistêmicas de fortalecimento dos sistemas produtivos, sobretudo os relacionados aos pequenos negócios. Valor de R\$ 618.000,00;
- Convênio nº 919385/2021 firmado entre a Sudeco e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás, no valor de R\$ 681.800,00, para a confecção de estudo que visa realizar um diagnóstico do setor mineral de Goiás; com registro do status atual do potencial geológico, dos recursos minerais, do parque industrial mineiro instalado e da produção mineral do estado; bem como, identificar os atuais gargalos e oportunidades, além de proposição de ações institucionais com *benchmarking* de sucesso;
- Convênio nº 919318/2021, que elabora diagnóstico econômico e social regionalizado do estado de Goiás, buscando identificar as potencialidades e vocações das regiões, apontar o potencial social dos municípios goianos e realizar levantamento de todas as regionalizações setoriais existentes. Valor de R\$ 495.577,35.

A viabilização de boa parte desses projetos e dos convênios firmados pela Sudeco ocorreu por meio da utilização de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2029 (Desenvolvimento Regional e Territorial) e ao Programa 2077 (Agropecuária Sustentável), que são Programas Temáticos do Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2016 a 2019, instituído pela [Lei nº 13.249](#), de 13 de janeiro de 2016. Para os instrumentos firmados pela Autarquia em 2020 e 2021, houve a utilização de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2217 (Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano), Programa Temático do PPA 2020-2023, instituído pela [Lei nº 13.971](#), de 27 de dezembro de 2019.

Cabe ressaltar que a restrição orçamentária e financeira é uma triste realidade que ocorre ano após ano, fato que prejudica o bom andamento e implementação de projetos estratégicos que seriam capazes de dinamizar a economia dos estados do Centro-Oeste e, principalmente, os territórios prioritários pela tipologia da PNDR (baixa renda e de economia estagnada).

Vale destacar que, em 2021, grande parte do orçamento executado foi oriundo de emendas parlamentares, cuja aplicação é pontual (localizada) e definida pelos próprios autores. A insuficiência de orçamento discricionário caracteriza obstáculo para implementação de projetos que promovam o efetivo desenvolvimento regional.

Assim, registra-se que a atual indisponibilidade de crédito, bem como a não autonomia de gestão dos recursos a serem aplicados na área de atuação da Sudeco, atualmente geridos pelo

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), afetam negativamente na elaboração, implementação e obtenção de resultados planejados pelo PRDCO.

O quadro a seguir apresenta um comparativo entre os resultados alcançados pela COENG nos exercícios de 2020 e 2021.

Quadro 1 – Comparativo entre os Resultados Alcançados pela COENG

Indicador	Valor em 2020	Valor em 2021	Evolução
Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR)	28,39%	27,02%	-1,37 ponto percentual
Índice de Vitorias Finais (IVF)	7,59%	0,00%	-7,59 ponto percentual
Quantidade de Contratos de Repasse (QCR – em unidades)	74	0	-100%
Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC – em projetos por pessoa)	22,54	22	-2,40%
Tempo Médio para Aprovação (TMA – exclusive a CFOR, em dias por projeto analisado)	1152	71	-93,84%

Em relação às vitorias, devido à pandemia de covid-19 vivida desde o início do ano de 2020, para a Coordenação de Engenharia, o Índice de Vitorias Executadas foi de 0,00%. No entanto, o setor segue elaborando a programação de vitorias a serem executadas e, além disso, algumas ações que contribuirão para a diminuição do passivo de vitorias estão sendo feitas e analisadas com previsão de aplicação em 2022.

O índice zero para o QCR ocorreu pela ausência de celebração de contrato de repasse no exercício de 2021.

Embora essa situação tenha aumentado a quantidade de convênios finalizados que aguardam realização de vitorias, por outro lado, ela demonstra que medidas de segurança estão sendo adotadas pela Superintendência a fim de zelar pela saúde dos seus servidores e de toda sociedade envolvida nos seus trabalhos, além de contribuir para o cumprimento das recomendações dos órgãos de saúde pública.

No ano de 2021, o Tempo Médio para Aprovação (TMA), tempo entre a celebração do convênio e a aprovação do projeto básico ou termo de referência, foi de 32,42 dias, o que foi possível em virtude de o indicador considerar o tempo médio de aprovação da COENG e CFOR conjuntamente, diminuindo o tempo médio para aprovação devido ao baixo tempo de aprovação do projeto básico ou termo de referência pela CFOR.

O Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC) na COENG foi de 22 projetos por servidor, mantendo a demanda de trabalho estável para os servidores sem necessidade de maiores adaptações.

Dessa forma, considerando as dificuldades encontradas no cenário de pandemia e calamidade pública, a Unidade demonstrou melhoria nos seus resultados. Com isso, ratifica-se o compromisso da Superintendência como provedora de benefícios à sociedade e parte importante no desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Destaca-se que com o intuito de promover o alcance dos objetivos estratégicos e a melhoria dos indicadores, a Diretoria de Implementação de Programas e Gestão de Fundos executou

algumas ações. A primeira delas foi a publicação da Resolução Sudeco nº 15, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre a análise paramétrica de projetos de obras e serviços de engenharia no âmbito da Sudeco. Ela oferece um modelo menos burocrático para a avaliação e a aprovação de projetos básicos de convênios dentro da Autarquia e, com isso, visa agilizar a aprovação de convênios de obras e serviços de engenharia firmados pela Superintendência, além de contribuir com a garantia da economicidade nas suas ações.

Em maio de 2021, foi realizado o evento “Sudeco Itinerante” no estado de Mato Grosso, idealizado pela Sudeco em parceria com a Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM) com o objetivo de capacitar as novas equipes técnicas do setor de convênios, bem como engenheiros das prefeituras, com o intuito de ampliar os seus conhecimentos técnicos sobre a área de contratos. Além disso, a Diretoria também realizou o webinar “Como fazer um projeto básico de sucesso”, em outubro de 2021, com o objetivo de orientar o corpo de engenheiros, arquitetos e profissionais da área de convênios dos convenentes sobre a elaboração de projetos básicos para que resulte em maior celeridade na aprovação deles.

A respeito da transparência na aplicação dos recursos públicos, a COENG mantém atualizados seus instrumentos, mediante a inserção na Plataforma +Brasil de todos os documentos produzidos, bem como a comunicação com os convenentes.

Além disso, a Unidade presta todas as informações requeridas por cidadãos, relacionadas a esclarecimentos, denúncias e sugestões a respeito dos instrumentos celebrados, recebidas por intermédio da Ouvidoria da Sudeco.

No que diz respeito a mecanismos de controle das atividades executadas pela Superintendência, o Gabinete da Autarquia possui algumas ações nesse sentido. As principais são:

- Realização periódica de conformidade de registro de gestão no SIAFI;
- Planilha contendo publicações de portarias, atos e resoluções publicadas no Diário Oficial da União e no Boletim Interno da Sudeco;
- Planilha contendo os projetos apresentados à Superintendência em 2021, os quais são ordenados conforme análise da área técnica com base nas prioridades da Autarquia e são executados quando há disponibilidade orçamentária;
- Dados do Painel de Monitoramento de Dados Abertos, base de dados referente às informações sobre o cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal pela Autarquia;
- Dados dos resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico da Instituição, o qual retrata as principais diretrizes que norteiam a sua atuação;
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – sistema de gestão de documentos e processos eletrônicos no qual todos os processos são tramitados visando maior controle e eficiência administrativa.

Cabe ressaltar que a Superintendência celebrou com o Ministério da Economia (ME), em 2020, o Plano de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), cujo objetivo é avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, com o intuito de subsidiar os andamentos da implementação das propostas de transformação institucional da Sudeco. No exercício de 2021, foram concluídas 21 ações

do total de 27 ações previstas no Plano de Gestão de Trabalho do TransformaGov, ou seja, aproximadamente 78% das ações foram atendidas e concluídas.

A Sudeco aderiu ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no dia 8 de dezembro de 2021. O superintendente e o secretário-executivo do Ministério do Meio-Ambiente assinaram o termo de compromisso. O Programa é estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis; e gestão adequada dos resíduos gerados. Em 28 de dezembro de 2021, foi publicada a Portaria Sudeco nº 341, de 27 de dezembro de 2021, instituindo a Comissão Gestora do Programa A3P no âmbito da Superintendência que possui, pelo menos, um representante de cada diretoria e do Gabinete da Autarquia. Essa é uma das etapas do Plano de Trabalho.

No exercício de 2021, a Sudeco aderiu ao Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR), modelo aplicado a órgãos e entidades da Administração que atuam na transferência de recursos da União. Ele é formado por padrões de referência para a gestão organizacional constituídos pela integração e compilação de boas práticas de gestão, visando ao aprimoramento organizacional, ao aperfeiçoamento dos fluxos e práticas, à maximização dos níveis de eficiência e efetividade e ao aumento da capacidade de geração de valor. No dia 30 de novembro de 2021, na 95ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Sudeco, foi ratificada a decisão *ad referendum* que aprovou a aplicação desse modelo para o ano de 2020, o qual está em fase de validação pelo Ministério da Economia.

Em relação às atividades correccionais, cumpre destacar que a Sudeco não possui uma unidade específica de correição em sua estrutura regimental, nos moldes do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

O Núcleo para Assuntos Disciplinares – NAD da Sudeco foi criado pela Portaria nº 168, de 12 de setembro de 2016, entre outras finalidades, em atendimento à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas; ao Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que trata sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; à Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, que regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; à Portaria CGU nº 1043, de 24 de julho de 2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD); e à Resolução Sudeco nº 74, de 29 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno do Núcleo para Assuntos Disciplinares no âmbito da Sudeco.

Conforme disposto no inciso VI do art. 10 do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, o NAD vincula-se ao Gabinete da Superintendência. Além disso, de acordo com a Resolução Sudeco nº 6, de 06 de março de 2018, o superintendente, dirigente maior da Autarquia, possui a competência de instaurar e julgar processos disciplinares para apuração de responsabilidade relativos a atos dos servidores do quadro institucional ou cedidos para a Sudeco.

O Núcleo para assuntos Disciplinares – NAD atua mediante a incitação de particulares ou agentes públicos sobre possíveis irregularidades disciplinares no âmbito da Sudeco. A denúncia, em regra, é apresentada por meio eletrônico. Denúncias anônimas são analisadas com prudência e razoabilidade pelo Núcleo, atentando-se ao conteúdo, isto é, à materialidade e à relevância dos elementos para que se avalie se os fatos justificam a investigação apurada.

A Autarquia possui canais de denúncia pelos quais são remetidos os casos a serem tratados. A partir do recebimento deles, o Núcleo formula diretrizes para averiguação, andamento e conclusão do fato.

Em 2021, dois Processos Administrativos Disciplinares passaram à fase de análise pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, o art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a [Lei nº 8.429](#), de 2 de junho de 1992. Nesse mesmo ano, foram formalizados cinco juízos de admissibilidade pelo NAD. Além disso, denúncias foram interpostas e seguem em fase de apuração pelo Núcleo no exercício de 2022.

4.2 – Gestão Orçamentária e Financeira

Gráfico 1 – Orçamento da Sudeco em 2021



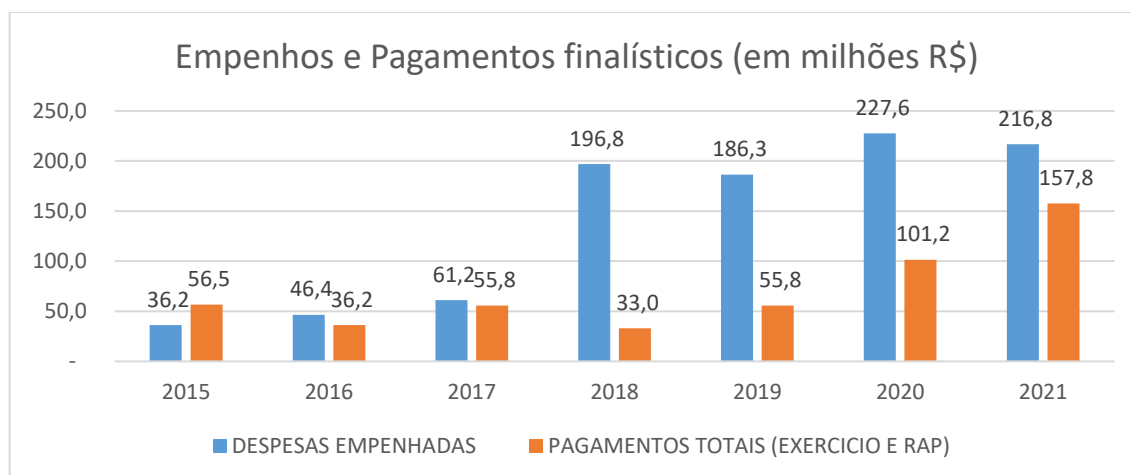
Em 2021, o orçamento de emendas parlamentares teve um aumento de R\$ 150 milhões em relação ao ano anterior, o que resultou numa participação de 86% na dotação autorizada total da Sudeco.

Em valores empenhados totais, contudo, houve uma redução de R\$ 9,3 milhões na comparação anual. Isso porque a Autarquia recebeu, em 2020, um volume significativo de descentralizações orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento Regional que foi semelhante ao aumento na dotação de emendas em 2021.

Em R\$	DEZ/2021				DEZ/2020			
	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
PESSOAL	12.848.472	12.661.904	10.392.799	689.689	12.838.731	11.746.799	10.424.740	646.109
ADMINISTRATIVO	11.812.150	11.644.064	9.540.191	1.555.149	11.013.046	10.997.184	9.265.806	1.361.061
PLANO DE AÇÃO FINALÍSTICO	8.340.370	8.337.525	455.975	23.409.115	19.499.839	14.752.113	133.216	66.800.550
EMENDAS PARLAMENTARES	208.443.604	208.441.707	7.329.350	126.589.139	58.938.385	212.870.331	4.409.400	29.884.727
TOTAL	241.444.596	241.085.199	27.718.315	152.243.093	102.290.001	250.366.427	24.233.162	98.692.447

A Sudeco conseguiu alcançar um percentual de execução do orçamento de 99,9% em 2021. Destaca-se o recorde de R\$ 157,8 milhões em pagamentos finalísticos realizados. Mesmo assim, verifica-se que esse valor ainda tem espaço para crescer nos próximos anos, tendo em vista os valores empenhados desde 2015.

Gráfico 2 – Empenhos e Pagamentos



A Sudeco está alcançando um patamar de atuação que é condizente com o seu papel de autarquia federal, no que se refere ao volume de recursos empregados. Dessa forma, pode-se dizer que os custos fixos existentes estão sendo mais bem aproveitados, o que é positivo.

Contudo, do ponto de vista qualitativo, há necessidade de melhora, visto que quase a totalidade do orçamento finalístico refere-se a emendas parlamentares, cuja aplicação é definida pelos legisladores.

Ao não poder definir a destinação de seu orçamento nem escolher os projetos que serão realizados, a Sudeco fica impossibilitada de executar as políticas públicas de sua responsabilidade, atuando apenas como uma intermediadora de interesses parlamentares para com suas bases eleitorais.

Muito embora tais interesses sejam legítimos e permitam acolher necessidades de entes da federação beneficiados pelas transferências voluntárias, essa sistemática não permite uma partilha de recursos otimizada com base em critérios técnicos.

Uma forma de mitigar essa questão é buscar, durante a tramitação do projeto de lei orçamentária, os relatores setorial e geral, entre outras lideranças do Congresso, visando apresentar as demandas da Instituição para obter suplementações e resguardar as dotações já destinadas.

A diferença entre os valores empenhados e pagos explica o aumento no volume acumulado de restos a pagar e decorre principalmente do atraso que existe na execução de transferências voluntárias em decorrência do tempo consumido na instrução processual, elaboração e análise de projetos básicos, termos de referências, realização de licitações e vistorias.

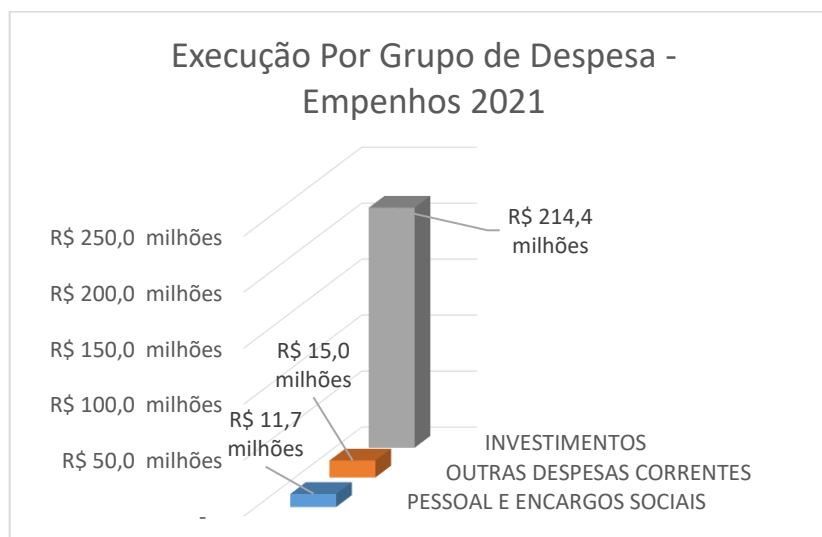
Gráfico 3 – Restos a Pagar



Esse acúmulo de saldos é, entretanto, limitado por regras orçamentárias que condicionam a sua manutenção ao desbloqueio e liquidação de empenhos, o que resulta, em alguns casos, no cancelamento dos restos a pagar que não cumprem os requisitos necessários. Entre 2019 e 2021, houve cancelamentos em média de 41 milhões de reais por ano.

Em linha com a sua finalidade de atuação, tem-se que 89% dos valores executados pela Autarquia são despesas de investimento.

Gráfico 4 – Empenhos por Grupo de Natureza da Despesa



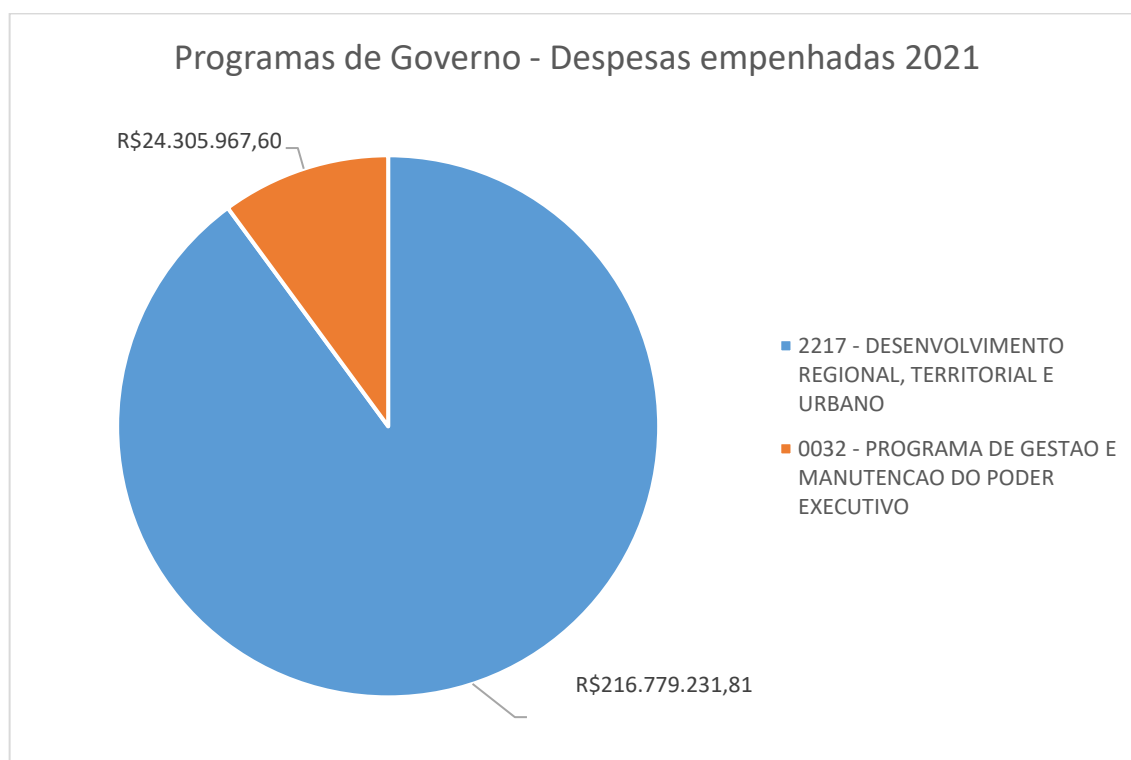
Os elementos de despesa executados vão nessa mesma linha, destacando-se o tipo “42 – AUXÍLIOS”, relacionado à celebração de convênios.

Valores em reais.

ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS
42	AUXÍLIOS	206.216.400,87
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.630.375,46
37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.426.130,11
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.490.742,44
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.951.716,85
70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.170.000,00
41	CONTRIBUIÇÕES	2.394.728,00
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.625.000,00
40	SERVÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.543.817,64
46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	456.668,27
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	392.571,29
03	PENSÕES	199.000,00
--	DEMAIS	588.048,48

Da mesma forma, é predominante a execução dos programas e ações finalísticos, conforme verifica-se no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Empenhos por Programa



Valores em reais.	
AÇÃO DE GOVERNO	DESPESAS EMPENHADAS
7K66 - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	208.441.706,94
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	11.644.063,54
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	9.839.064,06
10T2 - APOIO A PROJETOS E OBRAS DE REABILITAÇÃO, DE ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM ÁREAS URBANAS	5.791.645,87
20WQ - GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E IRRIGAÇÃO	2.545.879,00
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1.625.000,00
212B - BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	627.290,00
2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	252.842,00
0181 - APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	199.000,00
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	118.708,00

4.3 – Gestão de Custos

A previsão legal para a análise de custos compreende a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001, estando em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei Complementar (PLP) 295/2016 que visa atualizar a base jurídica.

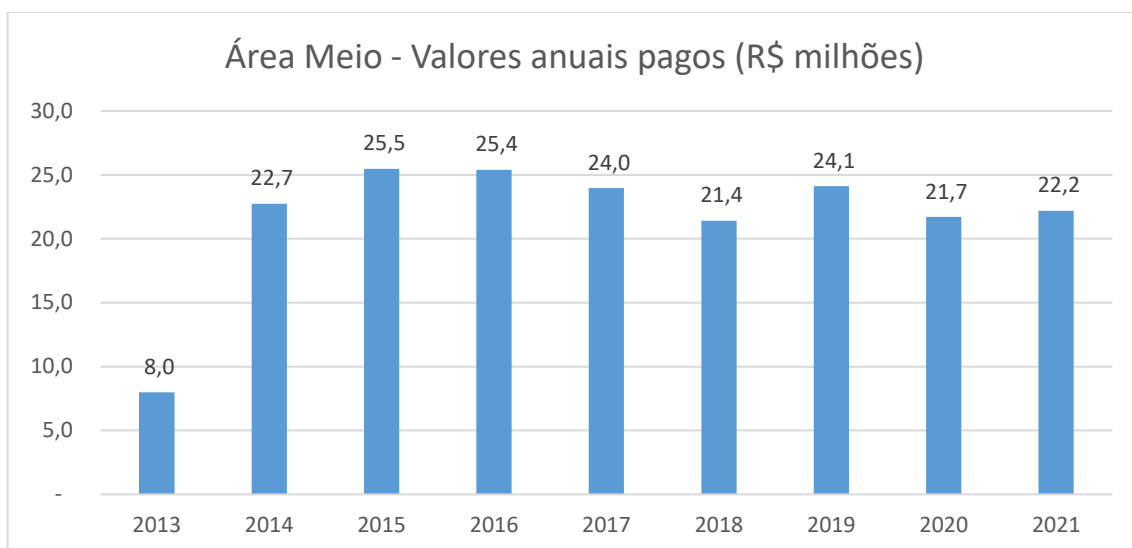
Já na esfera infralegal tem-se como referência a Norma Brasileira de Contabilidade “NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público”, tendo já sido sucedida pela NBC TSP 34, com vigência a partir de 2024.

Essa atividade tem como objetivo auxiliar os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização.

Em 2021, foram iniciados os trabalhos para a implantação de um sistema de custos na Sudeco. A partir do segundo semestre, houve o início dos lançamentos dos custos das despesas administrativas e de pessoal, de modo que, em 2022, serão gerados dados completos para o exercício financeiro por centro de custo.

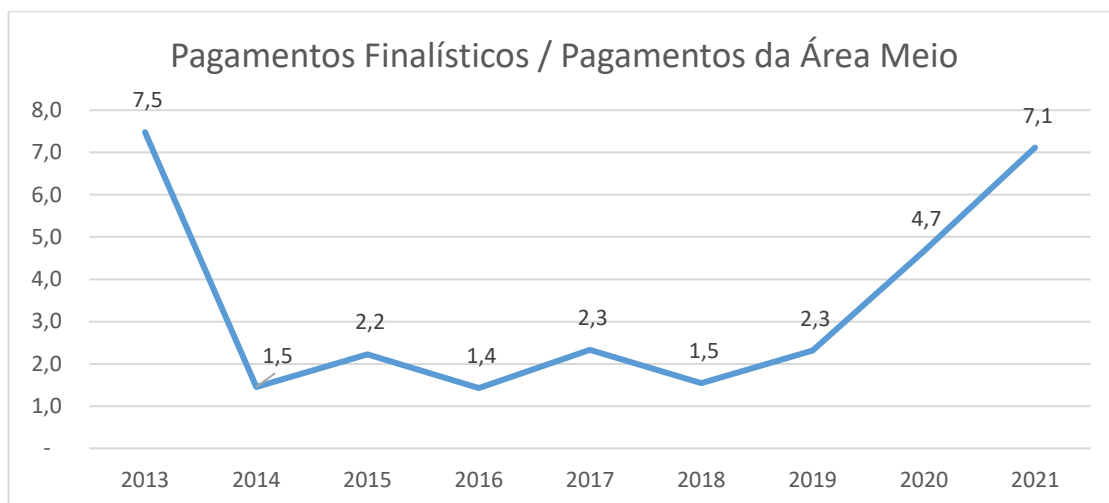
Primeiramente, é relevante demonstrar o histórico dos gastos da Autarquia com a área meio (pessoal e administrativo). O gráfico seguinte mostra que esses custos estão controlados, ainda mais considerando a inflação acumulada entre 2014 e 2021, da ordem de 60%.

Gráfico 6 – Gastos com a Área Meio



Abaixo se apresenta a proporção de recursos efetivamente pagos entre a área finalística e as áreas meio (pessoal e administrativo), o que evidencia os ganhos de escala que estão sendo gerados nas atividades da Instituição. Nota-se, desde 2020, uma melhora desse indicador, em decorrência do aumento do orçamento temático que se reflete em maiores pagamentos.

Gráfico 7 – Proporção de Pagamentos entre as Áreas Finalística e Meio



No quadro a seguir, tem-se a execução do orçamento administrativo por tipo de gasto, na qual se destaca a proporção de empenhos com a contratação de colaboradores terceirizados em relação aos gastos totais, que foi de 53,3%.

Quadro 2 – Execução do Orçamento Administrativo em 2021

TIPO DE GASTO	DESPESAS EMPENHADAS (EM R\$)	DESPESAS PAGAS (EM R\$)	RESTOS A PAGAR (EM R\$)	% TOTAL
APOIO ADMINISTRATIVO E SECRETARIADO	5.382.823	4.915.582	467.242	46,2%
ALUGUEL	2.670.141	2.468.981	201.160	22,9%
SERVIÇOS TI	1.231.684	707.101	524.583	10,6%
TARIFAS CAIXA	369.667	9.972	359.695	3,2%
VIGILÂNCIA	346.525	244.005	102.520	3,0%
GARÇOM E COPEIRA	312.676	283.916	28.760	2,7%
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	221.433	185.047	36.385	1,9%
ENERGIA ELÉTRICA	206.153	181.499	24.654	1,8%
RECEPCIONISTAS	162.673	90.892	71.781	1,4%
SERVIÇOS SERPRO	146.943	110.165	36.779	1,3%
SERVIÇO DE TELEFONIA IP, TARIFAÇÃO E VIDEOCONFERÊNCIA	136.000	0	136.000	1,2%
ESTÁGIOS	97.997	85.723	12.275	0,8%
TELEFONIA CLARO E TELEFÔNICA	74.511	56.706	17.805	0,6%
LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	67.250	57.672	9.579	0,6%
OUTROS	34.974	13.480	21.494	0,3%
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TÁXIGOV	31.208	20.819	10.389	0,3%
CAPACITAÇÃO	30.727	30.727	0	0,3%
SERVIÇOS GRÁFICOS, POSTAIS, PUBLICIDADE LEGAL E EVENTOS	30.611	11.898	18.713	0,3%
DIÁRIAS E PASSAGENS	29.033	8.603	20.430	0,2%
AQUISIÇÕES E LICENÇAS DIVERSAS TI, SOFTWARES MICROSOFT	21.300	21.300	0	0,2%
RESSARCIMENTO A SERVIDOR, AJUDA DE CUSTO E TRANSPORTE MUDANÇA	20.432	20.432	0	0,2%
MATERIAL DE CONSUMO, EXPEDIENTE E SUPRIMENTO DE FUNDOS	19.302	15.672	3.630	0,2%
Soma:	11.644.064	9.540.191	2.103.872	100,0%

Tem-se como desafio para a implementação dessa atividade buscar o equilíbrio entre o esforço necessário e o benefício da produção de informações que propiciem a geração de resultados. Nesse contexto, a elaboração de análises mais sofisticadas virá com o aprendizado obtido a cada ciclo anual de medição e análise de custos.

4.4 – Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial (TCE)

A Divisão de Prestação de Contas (DPC) tem alcançado resultados positivos, entre eles:

- ✓ Quantitativo de análises realizadas;
- ✓ Diligências e comunicações expedidas;
- ✓ Orientação a convenientes;
- ✓ Parcelamento extrajudicial de débitos;
- ✓ Evento Sudeco Itinerante;
- ✓ Tomadas de Contas Especial (TCE);
- ✓ Enfrentamento do passivo sub-rogado.

Destacam-se, dentro do item “Quantitativo de análises realizadas”, os tópicos a seguir.

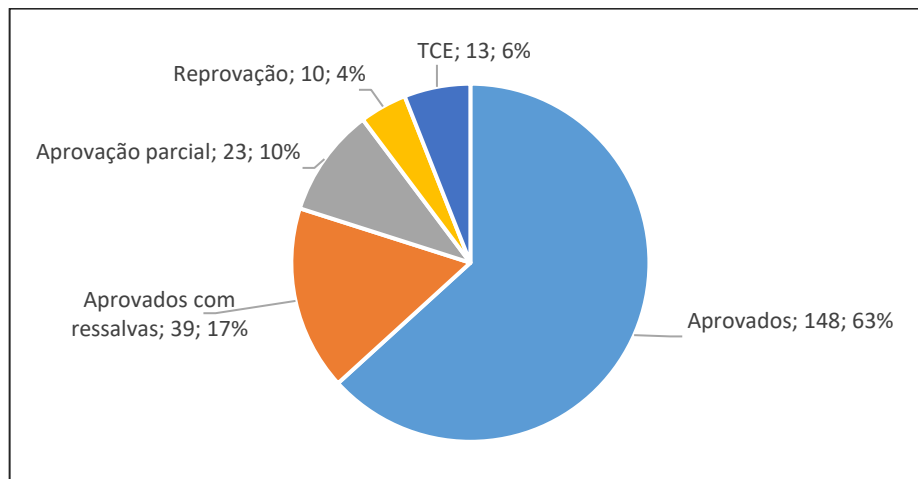
Rotinas de Análise de Processos

No período de 2019 a 2021, foram recebidos na DPC 277 processos, com os seguintes resultados:

- Aprovados: 148 (34 em 2019, 91 em 2020 e, até 15/12/2021, 23);
- Aprovados com ressalvas: 39 (15 em 2020 e, até 15/12/2021, 24);
- Aprovação parcial: 23 (17 em 2019, 5 em 2020 e, até 15/12/2021, 1);
- Reprovação: 10 (3 em 2019 e 7 em 2020);
- * TCE: 13 (8 em 2019, 4 em 2020 e, até 15/12/2021, 1).

*** Existia um passivo aguardando providências, bem como devoluções para ajustes no sistema e-TCE.**

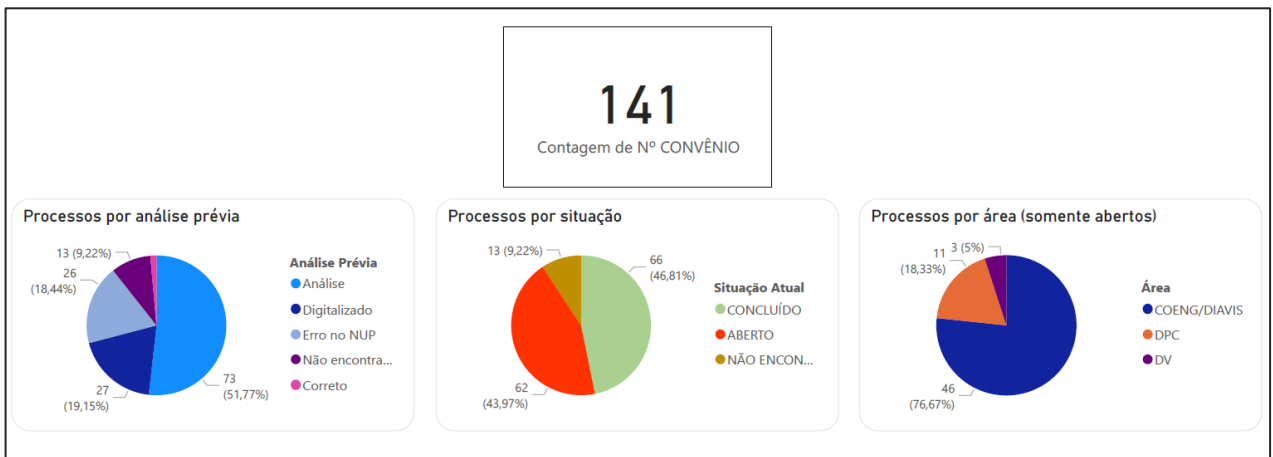
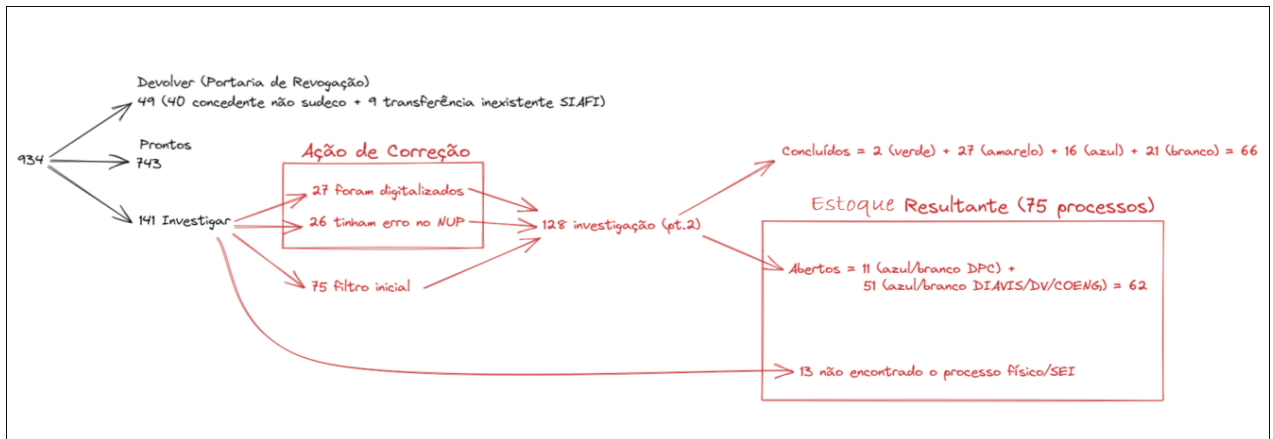
Gráfico 8 – Quantidade e Percentual de Processos Analisados entre 2019 e 2021



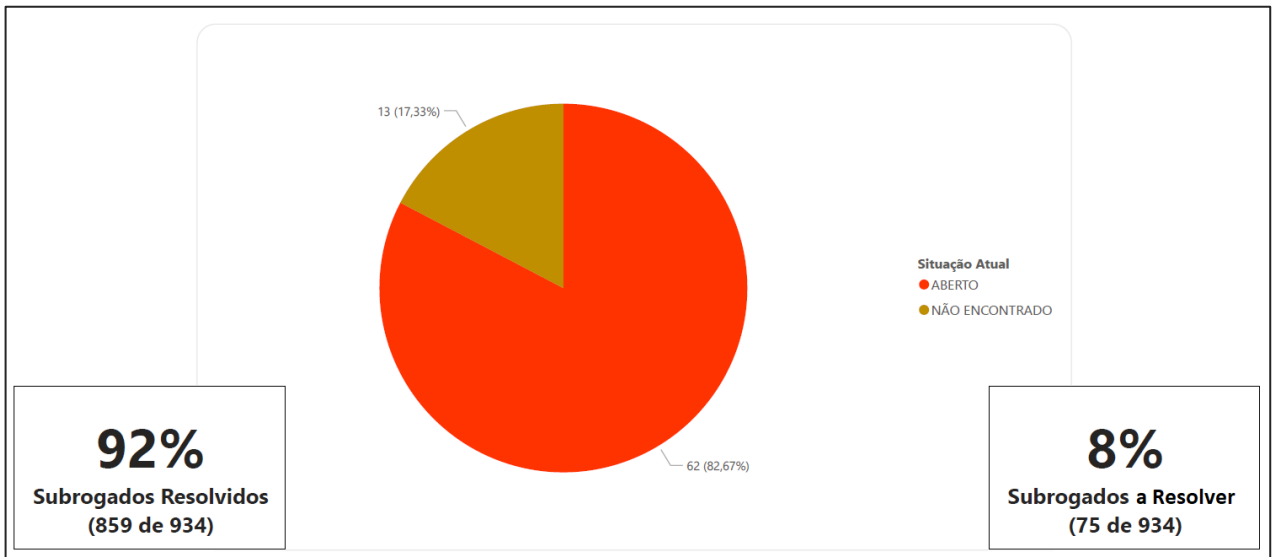
Triagem do Estoque de Convênios a Analisar

No ato de recriação da Sudeco, em 2012, foram sub-rogados à Autarquia um montante de 934 convênios.

Após um trabalho colaborativo institucional, o estoque a analisar foi reduzido a 75 processos, conforme demonstrativo a seguir:



COENG – Coordenação de Engenharia.
 DIAVIS – Divisão de Acompanhamento e Vistoria.
 DPC – Divisão de Prestação de Contas.
 DV – Divisão de Vistorias.



Análise Informatizada de Convênios

Com os fundamentos da Instrução [Normativa Interministerial nº 5](#), de 6 de novembro de 2018, a Sudeco aderiu à análise informatizada de processos, eliminando 77 processos aptos.

Dentro dos critérios pré-estabelecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), foram feitos os cálculos para instrumentos dentro das faixas “A” e “B”, conforme se segue.

Para cálculo da Faixa “A”, são listados 68 instrumentos com valor médio de R\$ 342.394,71. Neste caso, o modelo recomenda a Faixa de Risco IA9, devido ao fato de o limite de falsos positivos esperados ser de 11 instrumentos, menor do que o limite máximo de 33 estimados para a faixa. Assim, serão beneficiados 100% dos instrumentos elegíveis nessa faixa.

Faixa A - Instrumentos com valores até R\$ 750 mil

DADOS DE ENTRADA						
N =	68					
C =	21.831,13					
Ȳ =	342.394,71					
CO =						
RISCO	FALSOS POSITIVOS ESPERADOS	N	Nº DE INSTRUMENTOS HABILITADOS	BENEFÍCIO	LIMITE DE FALSOS POSITIVOS	
IA3	0	10,10%	7	150.446,20	2,20	
IA4	0	21,50%	15	320.701,12	4,68	
IA5	0	33,40%	23	504.498,62	7,37	
IA6	0	46,40%	32	711.255,81	10,39	
IA7	1	60,80%	41	954.096,24	13,93	
IA8	3	78,40%	53	1.394.891,20	20,37	
IA9	11	100,0%	68	2.309.186,84	33,72	

Para o cálculo da Faixa “B”, os registros somaram 41 instrumentos com valor médio de R\$ 1.741.429,86. Nesse caso, o modelo recomenda a Faixa de Risco IA7, composta na prática de 21 instrumentos elegíveis, visto que, em conformidade com a Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018, para os instrumentos da Faixa “B”. somente poderá ser adotado um limite de tolerância ao risco inferior a 0,8. Dada essa limitação e considerando os valores calculados para a Faixa de Risco IA7, o limite de falsos positivos esperado foi calculado em 0,4 instrumento, inferior ao limite máximo de 1,65 para a faixa.

Faixa B - Instrumentos com valores maiores que R\$ 750 mil e menores que R\$ 5 milhões

DADOS DE ENTRADA						
N =	41					
C =	21.831,13					
Ȳ =	1.741.429,86					
CO =						
RISCO	FALSOS POSITIVOS ESPERADOS	N	Nº DE INSTRUMENTOS HABILITADOS	BENEFÍCIO	LIMITE DE FALSOS POSITIVOS	
IA3	0,0	10,10%	4	90.710,21	0,26	
IA4	0,0	21,50%	9	193.363,91	0,56	
IA5	0,1	33,40%	14	304.182,99	0,87	
IA6	0,2	46,40%	19	428.845,42	1,23	
IA7	0,4	60,80%	25	575.263,91	1,65	
IA8	1,9	78,40%	32	841.037,34	2,41	
IA9	6,6	100,0%	41	1.392.303,83	4,00	

Desse modo, foi publicada a [Portaria nº 260](#), de 29 de novembro de 2019, com o “apetite ao risco” aceitável pela Autarquia.

4.5 – Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

As atividades relacionadas à gestão de pessoas da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste são exercidas conforme determinado pela Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à área. Nesse contexto, a Sudeco observa diariamente as normas publicadas no Diário Oficial da União e as orientações do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, além das diretrizes e regras provenientes dos órgãos de controle.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada pelos indicadores abaixo:

1	Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda
2	Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal
3	Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle
4	Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao Erário
5	Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Até dezembro de 2020, conforme dispõe a [Lei nº 8.730](#), de 10 de novembro de 1993, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendimentos ou, ainda, autorizaram seu acesso de acordo com o previsto na [Instrução Normativa TCU nº 67](#), de 6 de julho de 2011. Os atos de admissão e vacância foram registrados no e-Pessoal, conforme a [Instrução Normativa TCU nº 78](#), de 21 de março de 2018. Cabe ressaltar que, até dezembro de 2021, a Autarquia manteve, em seu quadro, apenas um registro de beneficiário de pensão civil.

Avaliação da Força de Trabalho

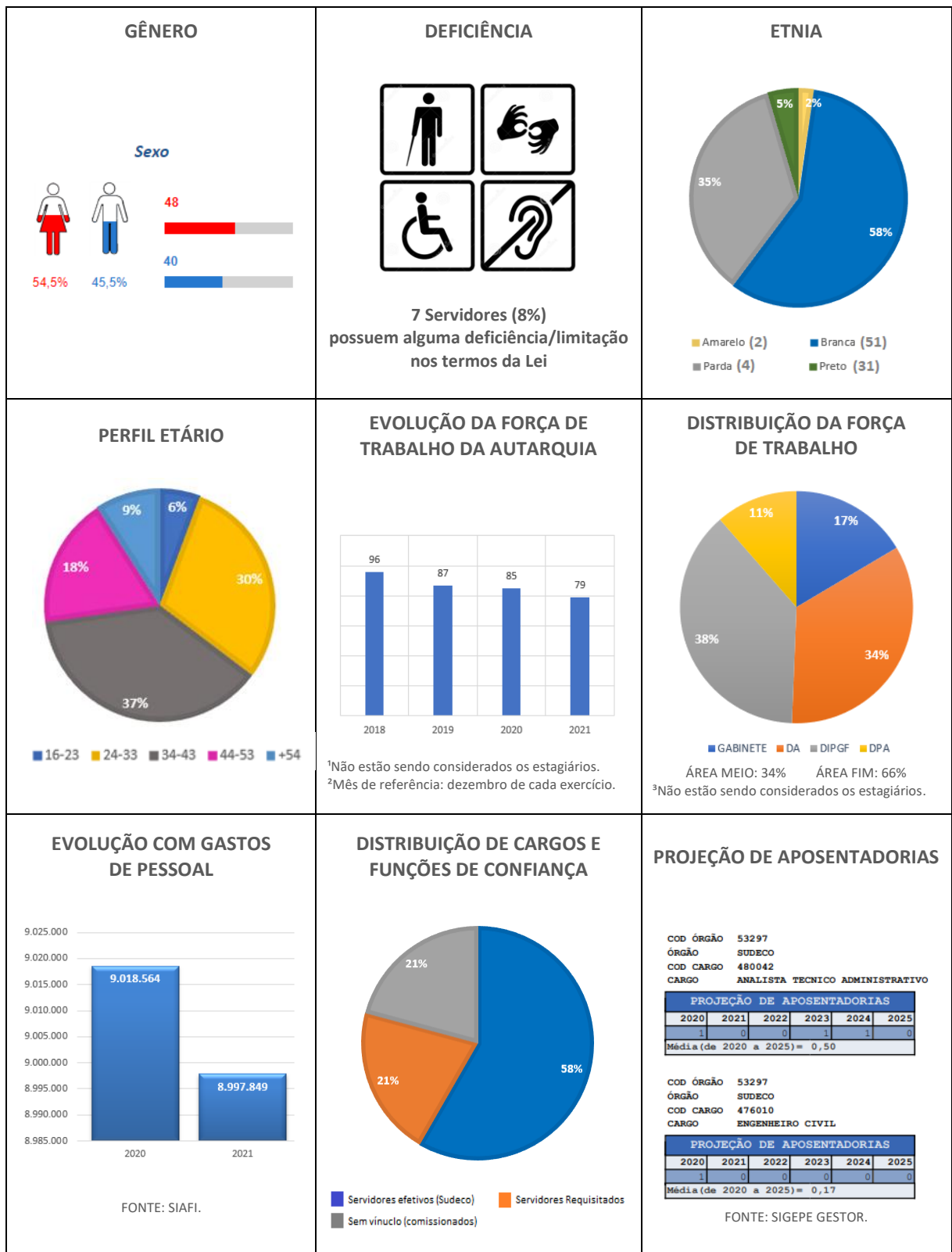
A Sudeco possui 91 servidores classificados em ativo permanente, requisitado, nomeado para cargo em comissão, cedido e carreira de exercício descentralizado. Além disso, conta ainda com 9 estagiários, totalizando 100 pessoas conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro 3 – Força de Trabalho por Situação Funcional

SITUAÇÃO FUNCIONAL	SITUAÇÃO VÍNCULO	QUANTIDADE DE VÍNCULOS (SERVIDORES)	%
EST-01	ATIVO PERMANENTE	58	58%
EST-03	REQUISITADO	7	7%
EST-04	NOMEADO PARA CARGO EM COMISSÃO	10	10%
EST-08	CEDIDO	12	12%
EST-18	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRAS	4	4%
ETG-70	ESTAGIÁRIO	9	9%
TOTAL		100	100%

Fonte: Extrator DW, base: dezembro de 2021.

A seguir estão destacados os principais dados que compõem a força de trabalho atual, considerando apenas aqueles que estão em exercício na Autarquia, desconsiderando-se, dessa forma, os servidores cedidos a outras instituições, por critérios como, por exemplo, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, evolução da força de trabalho e distribuição de cargos e funções de confiança.



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Necessidade de Gestão de Pessoas

Ainda que a Sudeco possua um quadro de servidores jovens, cuja média é de 30 a 35 anos de idade, e que, portanto, não se vislumbra, em um curto prazo, a evasão da força de trabalho por aposentadorias, cumpre destacar que o número de servidores diminuiu consideravelmente desde o primeiro e único concurso realizado em 2013. Nesse sentido, pesa também o fato de que todas as solicitações de concurso público foram negadas desde então.

Contudo, no exercício de 2021, foram feitos processos seletivos, com ampla divulgação interna e externa, por meio do Portal do Servidor, mas não se obteve êxito em atrair novos talentos para a Instituição, principalmente, devido à negativa dos órgãos em liberá-los.

Estágio Probatório

Desde o exercício de 2020, todos os servidores da Autarquia já possuem estabilidade conforme estabelecido pela Lei nº 8.112/1990.

Progressão Funcional

Em julho de cada ano, inicia-se o processo de progressão e promoção funcional com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais são submetidos à avaliação de desempenho com o intuito de promover o desenvolvimento funcional dentro da carreira a que pertencem. Esse processo é constituído por duas fases: a primeira, no mês de setembro do exercício em que se inicia o processo; e a segunda, em março do ano seguinte. Dessa forma, um total de 70 servidores foram avaliados nesse processo.

Distribuição de Cargos e Funções

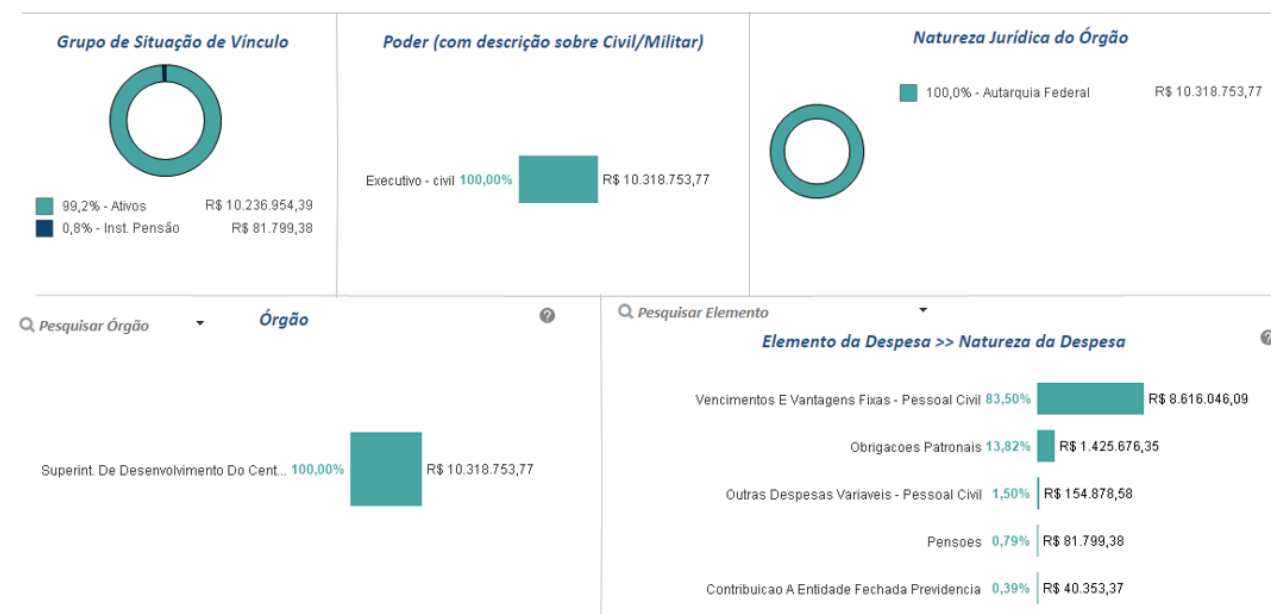
Devido à política de valorização dos servidores adotada pela alta gestão da Autarquia, chegou-se aos seguintes dados:

- 58% dos cargos e funções da Instituição são ocupados por servidores do quadro permanente;
- 21% dos cargos e funções da Instituição são ocupados por servidores que possuem vínculo efetivo com a Administração Pública;
- 21% dos cargos e funções da Instituição são ocupados por servidores comissionados.

Gastos com Pessoal

Devido à saída de servidores, houve uma tímida diminuição com o gasto de pessoal, que, no exercício de 2020, foi de R\$ 10.343.094,42, ao passo que, em 2021, o custo foi de R\$ 10.318.753,77 segundo relatório extraído do Painel Estatístico de Pessoal.

Detalhamento da Despesa com Pessoal referente ao Exercício de 2021



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal.

Política de Capacitação de Servidores

Ainda que prejudicada pela pandemia, a Sudeco conseguiu que aproximadamente 70% dos servidores em exercício na Autarquia participassem de pelo menos uma capacitação. Ao todo, foram realizadas 133 ações de capacitação, totalizando 2.332 horas/aula investidas na capacitação de servidores a custo de apenas R\$ 32.364,99, sem custo com diárias ou passagens.

Principais Desafios e Ações Futuras

Conquistas Realizadas

Como principais conquistas referentes à área de pessoal, ocorridas em 2021, é possível citar:

- Implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência – SISREF. Em atendimento à [Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 125](#), de 3 de dezembro de 2020, emitida pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a Sudeco adotou com sucesso o SISREF para o controle da jornada diária de seus servidores;
- Utilização do módulo de atestado de saúde. Tal medida trouxe agilidade à apresentação e análise dos atestados médicos e odontológicos apresentados pelos servidores;
- Ampliação do número de estagiários. O programa de estágio supervisionado da Sudeco confirmou ser um sucesso e teve o número de participantes ampliado de 6 para 10 estudantes. Importante destacar que, mesmo com as dificuldades trazidas pela pandemia, graças à dedicação da equipe de apoio da Autarquia e dos supervisores, os estagiários puderam manter seus contratos, desenvolver suas atividades e concluir os semestres com êxito;
- Início do projeto piloto do Programa de Gestão por Demandas. Sem dúvida, um grande desafio dada a complexidade do assunto, as particularidades das unidades e a ansiedade

dos servidores. Contudo, a Instituição conseguiu iniciar o projeto piloto dentro do exercício de 2021;

- e. Projeto de reestruturação organizacional da Autarquia. Por solicitação do Gabinete da Superintendência, a Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) da Sudeco iniciou o estudo visando a reestruturação da Superintendência. Graças à [Medida Provisória nº 1.042](#), de 14 de abril de 2021, que posteriormente foi convertida na [Lei nº 14.204](#), de 16 de setembro de 2021, criou-se a possibilidade de redistribuir ou criar funções a partir das já existentes, desde que não houvesse aumento de despesas na Instituição. Foram realizadas diversas reuniões nas quais eram estudadas diferentes configurações da estrutura, sempre visando preparar a Autarquia para os desafios futuros;
- f. Lançamento do Portal Eletrônico da Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP). Totalmente desenvolvido pela equipe da COGEP, o objetivo do portal é disponibilizar uma fonte de informações para os servidores da Superintendência. Nele estão disponibilizadas todas as campanhas, os comunicados, as *lives* e os tutoriais divulgados aos colaboradores.

Metas não alcançadas

A gestão de pessoas, até o presente momento, não conseguiu superar os seguintes desafios já citados no Relatório de Gestão do exercício de 2020:

- a. A utilização de ferramentas tecnológicas para mapeamento de competências e dimensionamento de força de trabalho, a fim de promover uma possível alteração na lotação de servidores segundo critérios de aumento de demanda e prioridade;
- b. Manter a força de trabalho em quantidade e qualidade necessárias, em especial no que diz respeito a vencer as barreiras das requisições obrigatórias impostas pela legislação e o êxodo de servidores que conseguem aprovação em concursos de órgãos que oferecem maior remuneração;
- c. Recomposição da força de trabalho (concurso público). Embora a Autarquia tenha registrado novamente a solicitação de autorização para fazer concurso público, o pleito, registrado no Sigepe com o nº 185/2021, ainda não foi analisado pelo órgão central.

Desafios e Ações Futuras

- a. Busca de ferramentas para o mapeamento de competências e dimensionamento da força de trabalho, além do incremento do número de servidores na proporção necessária para a assunção dos novos desafios impostos pela legislação e pela conjuntura de mercado;
- b. Manutenção do corpo de trabalho. Em especial no que diz respeito a vencer o desafio das requisições obrigatórias impostas pela legislação;
- c. Implementação do módulo de avaliação de desempenho da equipe no Sigepe;
- d. Recomposição da força de trabalho (concurso público). Faz-se necessária a recomposição do quadro de servidores da Sudeco, tanto das áreas finalísticas quanto da área meio, tendo em vista as exonerações e vacâncias. Todavia, os últimos pedidos de concurso encaminhados ao Órgão Central não foram atendidos;
- e. Disponibilização de funções e gratificações, pelo Órgão Central, para motivar os servidores da Autarquia que apresentam bom desempenho e para atrair novos talentos para a Instituição;

- f. Desenvolvimento de mais ações voltadas à saúde e à qualidade de vida dos servidores, as quais foram agravadas pela falta de recursos e dificuldades trazidas pela pandemia;
- g. Melhorias no clima organizacional mediante ações que envolvam a alta gestão da Instituição, todas as unidades e, necessariamente, a participação efetiva dos servidores;
- h. Atualização de toda a estrutura da Autarquia no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), considerando que a reestruturação da Instituição seja aprovada pelos órgãos competentes.

Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Sem sombra de dúvidas, o maior risco relacionado à força de trabalho da Instituição é a redução do quadro de servidores que deixam a Autarquia por diferentes motivos: aprovação em outros concursos, assédio de instituições que oferecem funções e gratificações, propostas da iniciativa privada e ainda as requisições feitas por órgãos que tem prerrogativas legais.

Nesse sentido, cumpre destacar que não há previsão de reposição do quadro em curto ou médio prazo e as demandas internas e externas têm aumentado consideravelmente dadas as diretivas dos órgãos normatizadores e de controle.

4.6 – Gestão de Licitações e Contratos

Considerações Iniciais

Processos de contratação em 2021:

- 11 contratações diretas;
- 2 pregões eletrônicos.

Detalhamento das principais contratações:

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor
Inexigibilidade de licitação para prestação de serviços.	Prestação de serviços de execução de contratos de repasse.	Caixa Econômica Federal.	R\$ 15.000.000,00.
Participação em compra centralizada do Ministério da Economia para prestação de serviços de TIC.	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de empresa especializada para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem.	Extreme Digital Consultoria e Representações.	R\$ 273.346,40.
Pregão eletrônico para prestação de serviços de TIC.	Contratação de serviços de impressão (outsourcing).	Technocopy Serviços Eireli.	R\$ 74.922,57.
Participação em compra centralizada do Ministério da Economia para prestação de serviços de TIC.	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de serviços de telefonia.	Tim S.A.	R\$ 30.489,60.

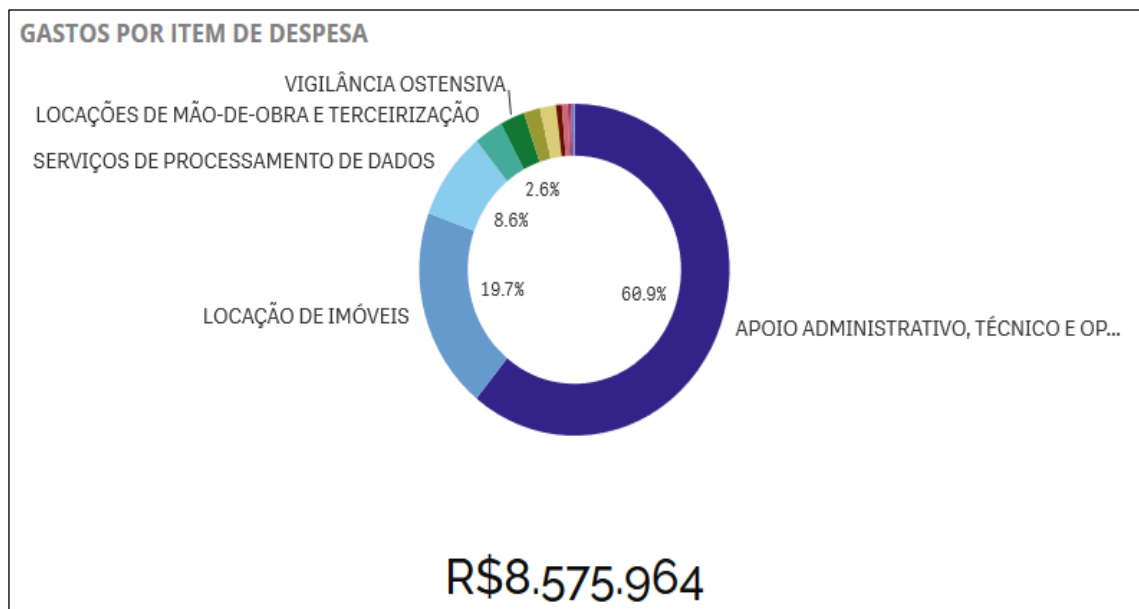
Contratações mais relevantes e justificativas

Dentre as contratações que ocorreram no exercício de 2021, a mais relevante é a de prestação de serviços de execução de contratos de repasse. Dado o aumento do volume de repasse e instrumentos celebrados pela Sudeco, além da perda de força de trabalho nos últimos anos, faz-se necessária a contratação de instituição financeira oficial federal para atuação como Mandatária da União na gestão operacional de contratos de repasse.

As outras contratações listadas se referem à prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) essenciais ao funcionamento administrativo da Autarquia. Em relação às de menor vulto financeiro que não foram listadas, trata-se de prestação de serviços de TIC e logística também essenciais para funcionamento administrativo, como correios, certificado digital, fornecimento de softwares de ferramentas de desenho e operação de almoxarifado virtual.

Total de pagamentos em contratações relativas a custeio administrativo: R\$ 8.575.964,14.

Gráfico 9 – Gastos Administrativos



A conformidade na realização das atividades de licitações e contratos tem como base os pressupostos estabelecidos na legislação vigente, tais como a [Lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos); a [Lei nº 10.520](#), de 17 de julho de 2002; o [Decreto nº 10.024](#), de 20 de setembro de 2019; o [Decreto nº 9.507](#), de 21 de setembro de 2018, a [Instrução Normativa](#) da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017; dentre outras.

No que se refere à normatização interna, estão vigentes:

- Resolução Sudeco nº 28, de 4 de agosto de 2021, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidade das infrações praticadas pelos licitantes e contratados e estabelece procedimentos para aplicação de sanções administrativas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- Portaria Sudeco nº 245, de 19 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, bem

como a utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, em observância à Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019;

- Portaria nº 70, de 06 de julho de 2020, que dispõe sobre a instrução de processos de pagamento de contratos administrativos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.

A gestão relacionada à área de licitações e contratos, atuando em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, finalidade e eficiência, consolidou contratações que visaram a manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados, garantindo aos servidores e aos colaboradores boas condições de trabalho e um ambiente organizacional saudável.

Importantes avanços nas diretrizes estratégicas e na gestão de aquisições da Autarquia foram identificados no ano de 2021, na medida em que os processos de liderança, estratégia e controle impulsionaram o direcionamento e monitoramento na gestão de compras.

Em termos concretos, no que tange à capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo, evidenciou-se a busca pela inovação e transparência nos gastos públicos, consubstanciada em um maior potencial na realização das compras compartilhadas para obtenção de mais economicidade processual e ganhos com economia de escala, gerando estímulo na tomada de decisão de forma sistêmica por parte dos gestores.

Compras Compartilhadas

Durante o exercício de 2021, a Sudeco participou de duas intenções de registro de preços promovidas pela Central de Compras do Ministério da Economia e formalizou dois contratos relativos aos serviços de telefonia móvel e de almoxarifado virtual, o que ocasionou uma economia de 51,56% e de 30% nos valores contratuais, respectivamente.

Transparência

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação e com o objetivo de facilitar a busca e utilização de dados relativos às licitações e contratos da Sudeco, foi feita uma reformulação na [página de Licitações e Contratos no sítio eletrônico da Autarquia](#), com a disponibilização dos principais documentos editalícios e contratuais por meio da Consulta Pública do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que permite o acesso à íntegra dos dados em seu formato original (.html), garantindo assim a integridade e autenticidade das informações acessíveis aos cidadãos.

Economia Processual

Como grande marco da economicidade processual relativa à gestão de contratos, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a [Resolução Sudeco nº 28](#), de 4 de agosto de 2021, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidade das infrações praticadas pelos licitantes e contratados e estabelece procedimentos para aplicação de sanções administrativas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Com a medida, foram estabelecidos objetivamente os papéis e atribuições dos responsáveis pela apuração de irregularidades em contratos, bem como foram definidas as etapas essenciais para atendimento dos atos normativos externos e entendimentos jurídicos internos. Com isso, estima-se uma economia de 84% no tempo gasto do início até a conclusão dos processos de apuração de responsabilidade de licitantes e contratantes.

Planejamento de Compras

Como instrumento relevante para a consolidação estratégica da unidade de licitações e contratos, destaca-se a utilização, em 2021, do Plano Anual de Contratações (PAC), em observância à [Instrução Normativa nº 1](#), de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, o qual permite otimizar o gerenciamento das contratações públicas.

A elaboração e atualização do Plano Anual de Contratações (PAC) refere-se à previsão de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação da Sudeco, elaborada por uma equipe de planejamento da contratação, formalmente designada por representantes da cada setor da Autarquia, os quais identificam as necessidades de bens e serviços e as registram no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Antes de ser enviado, o PAC é aprovado pela autoridade máxima da Instituição. O desempenho de tal ferramenta pode ser medido pela execução das compras planejadas no ano anterior. Do total do valor estimado em 2020, foi executado um valor total de R\$ 12.064.043,70 em 2021, correspondendo a 78,27% do planejado.

Metas, Desafios e Perspectivas

Com base em trabalho de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o PAC, a Coordenação de Licitações e Contratos elaborou um manual sobre o tema, com o intuito de divulgar a importância do assunto aos servidores e colaboradores da Sudeco e conscientizar a alta cúpula quanto à necessidade de planejamento das compras para atendimento à Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre o PAC. Como objetivo, está a ampla divulgação e conscientização dos gestores acerca do disposto no manual.

Aliado à elaboração do manual, está sendo finalizado novo ato normativo interno para dispor sobre o PAC, recepcionando as sugestões realizadas pelo TCU no trabalho de auditoria e adequando-as à realidade da Sudeco. O principal objetivo é implementar rotinas de comunicação interna para que as áreas da Autarquia possam executar o mais fielmente possível as previsões de compras por elas indicadas.

4.7 – Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com as normas aplicáveis à gestão do patrimônio, a Sudeco editou normativo próprio que dispõe sobre procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais – Resolução Sudeco nº 12, de 01 de fevereiro de 2021. Sua revisão é feita constantemente para atualizá-la às novas legislações relacionadas à gestão do patrimônio público.

Todo o controle de patrimônio e de almoxarifado da Autarquia é realizado pela ferramenta SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços), disponibilizada pela Administração Pública Federal.

Principais Investimentos de Capital (Infraestrutura e Equipamentos), Avaliação do Custo-Benefício e Impacto sobre os Objetivos Estratégicos

Durante o exercício de 2021, a Sudeco não realizou despesas decorrentes de investimentos de capital.

Desfazimento de ativos

Foi instituído, no ano de 2020, Comissão de Desfazimento de Bens, por meio da Portaria nº 68, de 29 de junho de 2020, para doação de bens móveis inservíveis – automóveis.

O processo de desfazimento foi publicado no Reuse.gov e o processo concluído com a retirada dos bens da sede da Sudeco em dezembro de 2021.

Quadro 4 – Desfazimento de Ativos

Descrição do bem
Automóvel Cruze 1.8 preto, marca Chevrolet, ano/modelo 2014/2014, completo, flex, 4 portas, 5 lugares.
Automóvel Palio Week Attractive 1.4, branco, marca Fiat, ano/modelo 2012/2012, flex, 4 portas, 5 lugares.
Automóvel Palio Week Attractive 1.4, branco, marca Fiat, ano/modelo 2012/2012, completo, flex, 4 portas, 5 lugares.
Automóvel Palio Week Attractive 1.4, branco, marca Fiat, ano/modelo 2012/2012, flex, 4 portas, 5 lugares.
Automóvel Doblô Essence 1.8, branco, marca Fiat, ano/modelo 2012/2013, completo, flex, 2 portas laterais na dianteira, 1 porta lateral corredeira, 1 porta traseira bipartida, 7 lugares.
Automóvel Doblô Essence 1.8, branco, marca Fiat, ano/modelo 2012/2013, completo, flex, 2 portas laterais na dianteira, 1 porta lateral corredeira, 1 porta traseira bipartida, 7 lugares.

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

Não houve, no ano de 2021, mudanças e desmobilizações relevantes, pois a Sudeco ocupa imóvel locado de terceiros, com contrato firmado até a data de 30 de junho de 2026.

Locação de Imóveis e Equipamentos

A Sudeco dispõe de apenas um imóvel locado de terceiros, onde funciona sua sede e são exercidas todas as suas atividades. Localizado no endereço SBN, Quadra 01, Bloco F, Lote 30, Edifício Palácio da Agricultura, 18º, 19ª e 20º andares, Brasília (DF), CEP 70.040-908, com uma área útil de 2.844,70 m². A locação baseou-se nos termos do Contrato Administrativo nº 10/2014, cujo valor mensal, em 2021, era de R\$ 155.891,95. Houve redução, no valor mensal do aluguel em relação ao ano anterior, de aproximadamente 9,30%, resultado de renegociação de valores da locação do imóvel.

A Sudeco não possui equipamentos locados, porém há em suas dependências equipamentos fornecidos em regime de comodato em função do contrato de prestação de serviço de impressão (*outsourcing*), quais sejam: Multifuncional Reprográfica Color A4/A3, Multifuncional Mono A4, Multifuncional Color A4. Tais equipamentos custam à Superintendência um montante de R\$ 56.700,00 anualmente.

Administração Predial

Quadro 5 – Gastos com Serviços e Manutenção Predial em 2021

Serviços e Manutenção Predial	Valor (em R\$)
Vigilância	297.528,27
Limpeza	219.006,76
Energia elétrica	201.501,09
Manutenção predial (taxa condominial)	657.532,19
Total	1.375.568,31

Principais Desafios e Ações Futuras

- Cortar custos com locações desnecessárias, otimizando a ocupação do espaço locado;
- Avaliar e envidar esforços para verificar a possibilidade de ocupação de imóvel pertencente à União, com vistas a otimizar recursos gastos em locação imobiliária e infraestrutura.

4.8 – Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

Para garantir a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação e comunicação, a Sudeco segue as metodologias, roteiros e guias produzidos pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Referencial Básico de Governança, aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, além de obedecer a normas internas, a exemplo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação ([PDTIC](#)) e da Política de Segurança da Informação e Comunicação ([POSIC](#)).

Modelo de Governança de TIC

O modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) da Sudeco baseia-se nas diretrizes estabelecidas pelo seu Comitê de Governança Digital (CGD), principal estrutura para tomada de decisão referente à tecnologia da informação e comunicação, preconizado no [Decreto nº 10.332](#), de 28 de abril de 2020, presidido pelo superintendente e composto pelos gestores das diretorias. Esse comitê tem como principal responsabilidade definir as entregas de TIC, em conformidade com outros instrumentos de planejamento da Instituição, como o Plano Estratégico da Sudeco e o Plano Diretor de Tecnologia e Comunicação.

Montante dos Recursos Aplicados em TIC

O valor total empenhado para despesas de TIC, em 2021, foi de R\$ 1.543.817,64.

Valor Empenhado para Despesas de TIC

SIAFI2021-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)		
DATA : 18/01/22	HORA : 11:34:39	USUARIO : ANDRÉ
REFERENCIA : DEZ	AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL	TELA: 1
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 18/01/22 AS: 00:17		
-----SALDO ATUAL-----		
NAT. DESPESA	CREDITO EMPENHADO	

339040	1.543.817,64	
DECODIFICACAO		
NATUREZA DA DESPESA : 339040		
SERVIÇOS DE TIC - PESSOA JURÍD		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Contratações mais Relevantes dos Recursos de TIC

As ações de TIC são pautadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Sudeco, com vigência de 2020 a 2022, revisado em 30 de novembro de 2021. O Instrumento detalha os processos e organiza as estratégias conforme os objetivos e diretrizes do Plano Estratégico da Autarquia. As necessidades foram elencadas em ordem de prioridade, considerando a metodologia de Gravidade x Urgência x Tendência (GUT). Para o ano de 2021, estavam previstas 40 necessidades a serem atendidas. O quadro abaixo mostra as mais relevantes.

Quadro 6 – Necessidades mais Relevantes no Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Necessidade	Processo e Contrato	Valor
Outsourcing de impressão	59800.002520/2020-36 Contrato nº 04/2021	R\$ 74.922,57
Serviço de armazenamento, acesso a arquivos em nuvem e infraestrutura como serviço	59800.001786/2020-61 Contrato nº 09/2021	R\$ 273.346,40
Manutenção da prestação de serviço de apoio de atendimento técnico-operacional, infraestrutura e segurança de TIC	59800.000908/2019-69 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2019	R\$ 827.603,28
Manutenção da prestação de serviços de telefonia Voip	59800.002135/2017-93 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2018	R\$ 136.000,00
Manutenção de licenças Microsoft e Office 365	59800.000630/2020-63 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 10 /2020	R\$ 399.049,40

Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) e Resultados na Área de TIC por Cadeia de Valor

A transformação digital é o processo pelo qual uma organização faz uso da tecnologia com o objetivo de melhorar seu desempenho, suas entregas e, com isso, garantir que melhores resultados sejam atingidos.

Baseado em um modelo que apoia a organização na integração de seus processos de negócios com tecnologias digitais, a transformação digital deve sempre estar alinhada com outras estratégias corporativas. A seguir, estão os principais sistemas e projetos implantados em 2021.

Quadro 7 – Principais Sistemas e Projetos Implantados em 2021

ID PDTIC	Necessidade	Descrição
N45	Sistema de Gerenciamento de Riscos (AGATHA)	Sistema de apoio às rotinas de gerenciamento de riscos.
N54	Implantação do piloto do Software para Sistema de Gestão de Desempenho (PGD)	Sistema que permite o planejamento, acompanhamento e controle do teletrabalho na Sudeco.

Além disso, a Sudeco está presente nas ações de transformação digital propostas pelo governo federal na busca de incrementar o número de serviços capazes de gerar bem-estar social por meio do avanço digital. É nesse contexto que a Superintendência tem investido esforços no aprimoramento de soluções tecnológicas, buscando facilitar o acesso da população aos serviços prestados pela Autarquia.

Quadro 8 – Processos Transformados em Digitais em 2021

ID PDTIC	Necessidade	Descrição
N44	Projeto de unificação dos canais digitais do governo federal	Migração do Portal Sudeco para o Portal gov.br.
N49	Protocolo Digital	Protocolar documentos junto à Sudeco de forma digital.
N51	Propor plano de ação	Digitalização de plano de ação.
N57	Digitalizar as cartas consultas do FDCO	Solicitação de concessão de financiamento pelo FDCO.
N52	Plano de Dados Abertos (PDA)	Divulgar base de Necessidades Elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (PDA).
N53	Plano de Dados Abertos (PDA)	Divulgar base de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (PDA).

Segurança da Informação

O ano de 2021 foi marcado por inúmeros ataques cibernéticos aos órgãos do governo. Com novas ameaças cada vez mais frequentes, a Sudeco promoveu melhorias atenuando riscos associados, adotando uma abordagem proativa, destacando-se as seguintes ações:

- Manter os ativos de TIC atualizados por meio de serviços de TIC ou de contratações específicas;
- Acompanhar as atualizações sobre ameaças cibernéticas e tomar medidas proativas e preventivas;
- Configuração de ferramentas para detecção de ameaças;
- Troca periódica de senhas;
- Serviço de autoatendimento para recuperação e troca de senhas;

- Autenticação duplo fator.

Além disso, a conscientização contínua sobre segurança cibernética para todos os servidores e colaboradores foi fundamental para que eles fossem a primeira barreira contra golpes de engenharia social, que poderiam acarretar grandes problemas para a Organização.

Principais Metas não Alcançadas, Desafios, Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

Considera-se que as principais metas planejadas para TIC em 2021 foram atingidas, como a revisão bem sucedida do PDTIC, permitindo assim que a Instituição aprimore o diagnóstico e a gestão de recursos e processos dessa área. Assim como os projetos implantados, resultantes do Plano de Transformação Digital, como Sistemas AGATHA e PGD.

Mas destaca-se também uma meta adicional a ser atingida nos próximos exercícios, o aprimoramento do controle de consumo de serviços de TIC, implementando novas metodologias de acompanhamento do uso de serviços como de telefonia e impressões de papel.

Quanto às melhorias na governança de TIC:

- Focar nos projetos e soluções de TIC que são necessários e prioritários;
- Utilizar de maneira efetiva e eficiente a mão de obra especializada de TIC;
- Perspectiva de o PDTIC ser desdobrado em planos de como os recursos e mão de obra da área serão utilizados.

Quanto à Segurança da Informação:

- Estruturação e aprimoração de políticas, rotinas, procedimentos, capacitações e outros elementos para aprimorar a segurança cibernética da Autarquia.

4.9 – Sustentabilidade Ambiental

A Sudeco vem adotando práticas diárias de sustentabilidade com vistas à economia da manutenção e operacionalização predial, redução do consumo de energia e água, utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Dentre os requisitos de contratação da Sudeco, a Autarquia prevê em seus instrumentos de contratação que a contratada, nos termos dos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, deverá adotar, quando couber, boas práticas de sustentabilidade e otimização e economia de recursos, redução de desperdícios, menor poluição na execução dos serviços.

Redução de Resíduos Poluentes

Entre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, a Autarquia implementou ação de recolhimento de lâmpadas, pilhas e baterias para o descarte em local apropriado pelo condomínio do prédio em que está localizada.

Consumo de Copos Descartáveis

Desde o ano de 2019, os copos descartáveis utilizados pela Sudeco são biodegradáveis.

Ações Implementadas e Divulgadas a Todos os Colaboradores para Redução do Consumo de Recursos Naturais

Aparelhos de Ar Condicionado

- Manter as portas e as janelas fechadas quando o aparelho de ar condicionado estiver ligado;
- Limitar o resfriamento a 24°;
- Utilizar apenas ventilação natural nos dias com temperaturas amenas;
- Desligar o aparelho de ar condicionado quando o ambiente estiver desocupado;
- Desligar a iluminação dos locais que não estiverem em uso, principalmente ao final do expediente;
- Não utilizar iluminação elétrica quando estiver disponível iluminação natural.

Tecnologia da Informação

- Desligar o computador e o monitor ao final do expediente.

Geladeiras e Congeladores

- Não deixar abertas as portas de geladeiras e congeladores desnecessariamente.

Elevadores

- Utilizar, sempre que possível, as escadas para subir ou descer um ou dois andares;
- Acionar apenas um elevador.

Além dessas medidas, a Sudeco aderiu à tarifa branca de energia elétrica, como forma de redução do gasto de conta de luz.

Energia Elétrica

Quadro 9 – Consumo de Energia Elétrica

Ano	Consumo (em kWh)
2019	25.606,67
2020	18.548,33
2021	18.346,66

Ainda que a diferença de Quilowatt-hora (kWh) de energia consumida no ano de 2020 e 2021 tenha permanecido estável (201,67 kWh), nota-se que, nesses dois anos, houve uma queda razoável no consumo em relação a 2019. Pode ter contribuído para essa baixa a pandemia de covid-19, iniciada em março de 2020, quando houve um esvaziamento em massa do público na Sudeco. Entretanto, também contribuiu para a redução, em 2021, a troca dos medidores de energia dos três andares do grupo tarifário convencional, mais caro, para o branco, de menor custo. Além disso, foram implementadas as rotinas de desligamento dos micro-ondas, cafeteiras elétricas e filtros de água dos pavimentos no final do expediente, assim como, foi reduzido o número de luminárias do ambiente.

Papel

Previsão de diminuição do consumo de resmas a partir de 2022 com a implementação de ferramentas digitais de tramitação de documentos, como protocolo digital, peticionamento eletrônico e barramento no final 2021.

Quadro 10 – Consumo de Resmas de Papel

Ano	Total de Resmas Consumidas
2020	78
2021	201

O aumento da utilização de resmas de papel em 2021, em comparação a 2020, se deu em virtude da volta do pessoal, de forma gradativa, do trabalho remoto para o presencial.

Principal Desafio e Ação Futura

- Fortalecer medidas para a redução no consumo de energia elétrica.

5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

As informações apresentadas serão baseadas na execução da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, Unidade Gestora (UG) 533018. A estrutura da Sudeco conta ainda com o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, Unidade Gestora (UG) 537004.

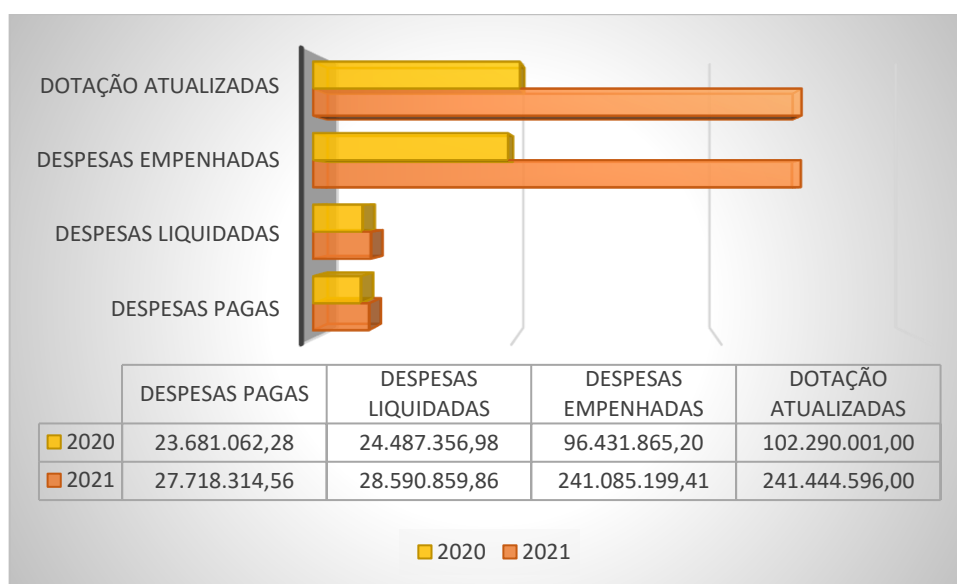
5.1 – Resumo da Situação Orçamentária, Financeira e Contábil

A Lei Orçamentária Anual de 2021 consignou à Sudeco a dotação de R\$ 239,62 milhões. Ao longo do exercício, houve cancelamentos na ordem de R\$ 22,45 milhões e a dotação atualizada foi de R\$ 241,44 milhões.

DESPESAS FIXADAS NA LOA/2021	CANCELAMENTO ORÇAMENTÁRIO	DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS
239.618.300,00	22.446.805,00	241.444.596,00

Em 2021, o montante empenhado, considerando apenas os créditos consignados originalmente à Autarquia, alcançou R\$ 236,08 milhões, o que representa 97,78 % do total da dotação, já as despesas do exercício pagas somaram R\$ 27,72 milhões, 11,48 % da dotação consignada à Sudeco em 2021.

Gráfico 10 – Estágios da Despesa (em R\$)

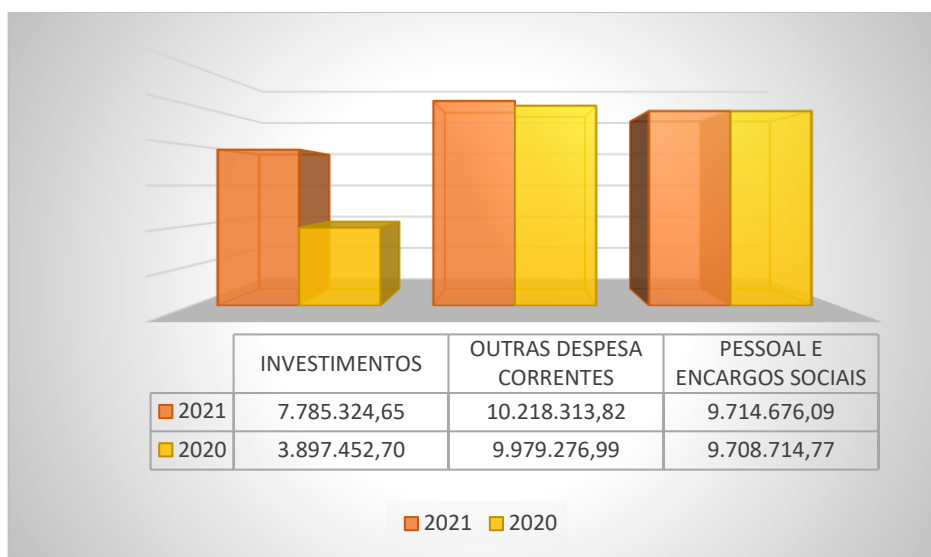


Fonte: Tesouro Gerencial.

Nos gastos da Superintendência, estão compreendidos o pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e investimentos.

O valor pago, referente à dotação de 2021, totalizou R\$ 27,72 milhões, dos quais R\$ 9,71 milhões foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais do Grupo de Natureza da Despesa 1 – GND 1.

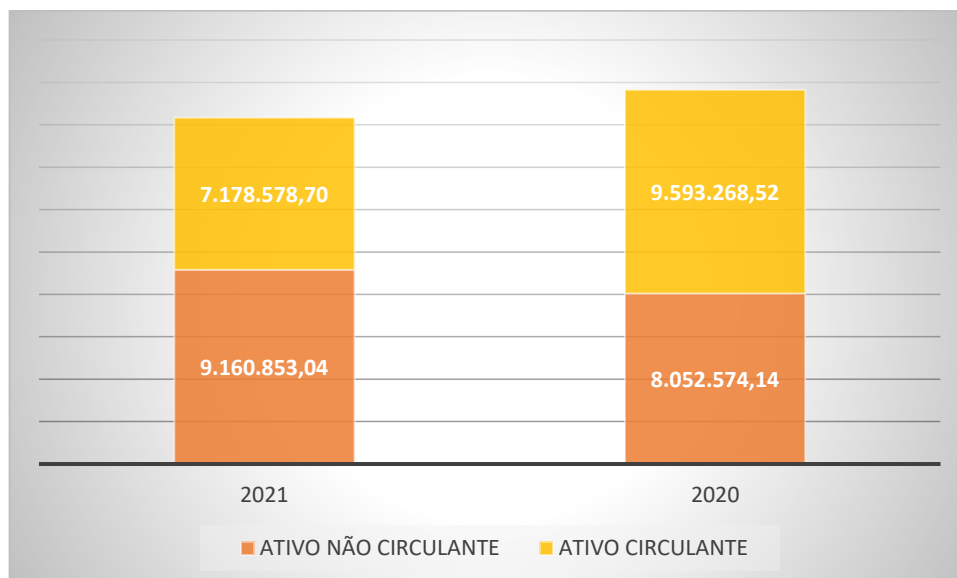
Gráfico 11 – Despesas Pagas por Grupo de Natureza da Despesa (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial.

A classe do Ativo é composta por 43,93% de Ativo Circulante e por 56,07% de Ativo Não Circulante. Verifica-se um percentual de variação de 25,17% a menor no Ativo Circulante no exercício de 2021 em relação a 2020, sendo que o grupo Não Circulante apresentou o percentual de variação de 13,76%, devido a um aumento de 47,47% em inscrição em conta de crédito por dano ao patrimônio daqueles, pessoas físicas ou jurídicas, cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Gráfico 12 – Ativo Total (em R\$)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A classe Passivo compõe-se de 100% de Passivo Circulante. O crescimento percentual de 172,70% de Fornecedores e Contas a Pagar corresponde, quase na sua totalidade, à liquidação de empenhos referentes aos contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal que teve uma variação percentual foi de 200,19%. Em relação ao subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, houve uma variação de 158,16% decorrente de termo de execução descentralizada – TED. As Obrigações de Repartição a outros Entes são compostas por transferências discricionárias a pagar que, até o exercício de 2020, eram registrados em convênios e instrumentos congêneres a pagar.

Quadro 11 – Passivo Total

Valores em reais.		
PASSIVO	2021	2020
Passivo Circulante	131.428.396,58	73.042.670,74
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo	608.583,38	632.987,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.705.551,46	625.425,37
Obrigações de Repartição a outros Entes	75.641.376,39	
Demais Obrigações a Curto Prazo	53.472.885,35	71.784.257,39
Passivo Não Circulante	-	-
Total do Passivo Exigível	131.428.396,58	73.042.670,74

Fonte: SIAFI.

O Patrimônio Líquido desdobra-se em resultado apurado no exercício somando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores.

O resultado patrimonial de 2021 foi menor que o registrado em 2020. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

Quadro 12 – Patrimônio Líquido

Valores em reais.		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Resultados Acumulados	-115.088.964,84	-55.396.828,08
Resultado do Exercício	-59.692.136,76	-9.843.585,07
Resultados de Exercícios Anteriores	-55.396.828,08	-50.386.995,35
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4.833.752,34
Total do Patrimônio Líquido	-115.088.964,84	-55.396.828,08

Fonte: SIAFI.

5.2 – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) foi criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, até a publicação do Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019. O Fundo é de natureza contábil e gerido pela Sudeco.

De acordo com o art. 1º do Anexo ao Decreto nº 10.152/2019, o Fundo tem por finalidade assegurar recursos para:

- A implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO; e

- O financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Outros normativos tratam de aspectos mais específicos do FDCO, como as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

Sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sob nº 537004, atendendo às normas dos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal. As disponibilidades financeiras ficam depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem da Sudeco, conforme dispõe o parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar nº 129/2009.

O FDCO constitui importante mecanismo propulsor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da Região Centro-Oeste, fortalecendo a atividade produtiva regional, bem como a geração de emprego e renda, com condições diferenciadas, tais como prazos e taxas de juros.

De acordo com o § 6º do art. 16 da Lei Complementar nº 129/2009, o FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para a seleção e a aprovação de projetos de investimentos, é necessário o enquadramento nas prioridades setoriais e espaciais definidas pelo Condel/Sudeco. As prioridades, para o exercício de 2021, foram aprovadas pelo Conselho, por meio da Resolução nº 100, de 18 de agosto de 2020.

Para ter acesso ao financiamento, o interessado deverá possuir recursos próprios, como contrapartida dos investimentos, equivalentes a, no mínimo, 20% do valor total do investimento previsto para o projeto. A participação dos recursos do FDCO poderá ser de até 80% do investimento total do projeto, limitada, no máximo, em 90% do investimento fixo, conforme quadro a seguir.

Quadro 13 – Limites Máximos de Participação do FDCO conforme o Setor da Economia e a Localização do Empreendimento

(Anexo II da Resolução CMN nº 4.960, de 21 de outubro de 2021)

Localização	Setores da Economia				
	Infraestrutura (Saneamento e Abastecimento de Água)	Infraestrutura	Serviço Público	Estruturador	Outros Setores
Áreas Prioritárias*	80%	60%	60%	55%	50%
Demais Áreas	70%	50%	50%	45%	40%

* Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, Faixa de Fronteira, municípios integrados à tipologia da PNDR (Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019).

De acordo com o art. 1º da Resolução CMN nº 4.960, de 21 de outubro de 2021, inciso VIII, alínea "h", os encargos financeiros dizem respeito à taxa efetiva de juros dos Fundos de Desenvolvimento (TFD). Assim sendo, para as operações contratadas a partir de 2 de março de 2018, a TFD será apurada mensalmente, conforme metodologia definida no art. 1º, §§ 6º a 11, dessa Resolução.

Destarte, os encargos financeiros, para o exercício de 2021, foram estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.644, de 28 de fevereiro de 2018, que definiu a metodologia para apurar mensalmente a TFD para as operações contratadas a partir de 2 de março de 2018.

A seleção de projetos de investimentos considera a relevância do empreendimento para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em conformidade com o disposto no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

As competências institucionais relacionadas ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste são estabelecidas pelo Regimento Interno da Sudeco, aprovado pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012, e estão distribuídas entre a Diretoria Colegiada e a Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF).

Objetivos e Desempenho do Fundo

O FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados para o exercício, a partir de sua aplicação em projetos de interesse do desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

A previsão orçamentária inicial do Fundo, em 2021, foi de R\$ 283.886.235,00, para a qual foi considerada a dotação aprovada pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no valor de R\$ 236.571.863,00 e a sua suplementação autorizada conforme a Portaria Fazenda/ME nº 6.937, de 18 de junho de 2021, no valor de R\$ 47.314.372,00. No entanto, posteriormente, ocorreu nova suplementação orçamentária autorizada pela Lei nº 14.241, de 19 de novembro de 2021, no valor de R\$ 678.840.119,00, totalizando o orçamento no valor de R\$ 962.726.354,00, conforme o quadro a seguir:

Quadro 14 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2021

	Valores em R\$ 1,00		
	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)
I - Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (2020)	707.726.956,79	243.944.101,79	34,47
II - Receitas Financeiras	283.886.235,00	962.726.354,00	339,12
a) Dotações Orçamentárias	236.571.863,00	236.571.863,00	100,00
b) Produto da Alienação de Valores Mobiliários e Dividendos	-	-	
c) Resultados de Aplicações Financeiras	-	-	
d) Outros Recursos Previstos em Lei	47.314.372,00	726.154.491,00	1.534,74
III - Despesas Operacionais	25.071.768,09	13.766.996,96	54,91
a) Remuneração do Banco Operador	-	-	
b) Remuneração da Superintendência de Desenvolvimento	11.564.832,09	260.060,96	2,25
c) Recursos para Custeio de Atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	13.506.936,00	13.506.936,00	100,00
d) Outras Despesas Operacionais Previstas em Lei	-	-	
IV - Resultado das Disponibilidades Financeiras do Fundo: Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (I + II - III)	966.541.423,70	1.192.903.458,83	123,42
V - Comprometimento Financeiro do Fundo	29.911.175,14	13.003.048,19	43,47

a) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em atraso	29.911.175,14	13.003.048,19	43,47
b) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em dia	0,00	0,00	0,00
VI - Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (IV - V)	936.630.248,56	1.179.900.410,64	125,97
VII - Desembolsos Financeiros com os Projetos em Aprovação	548.330.429,36	0,00	0,00
VIII - Disponibilidade Financeira do Fundo (IV - V - VII)	388.299.819,20	1.179.900.410,64	125,97
IX - Resultado Financeiro do Fundo (VIII)	388.299.819,20	1.179.900.410,64	125,97

Notas:

- A coluna "Previsto (A) corresponde à coluna "2021" da Previsão das Despesas, das Disponibilidades e dos Comprometimentos Financeiros (RDC) - Exercício 2021;
- O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior, item I da coluna "Previsto (A)", corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2020 no montante de R\$ 1.060.488.995,74 deduzidos os empenhos cancelados em 2021 no total de R\$ 352.762.038,95;
- A Receita Financeira, item II da coluna "Realizado (B)", compreende os empenhos efetuados no exercício de 2021 e o recurso reservado para Custeio de Atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia;
- O Resultado Financeiro do Fundo (item IX), registrado na coluna "Realizado (B)", corresponde aos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar em 07.01.2022.

O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I da coluna "Previsto A" do quadro acima), no valor de R\$ 707.726.956,79, corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2020, no montante de R\$ 1.060.488.995,74, deduzidos os empenhos cancelados em 2021, no total de R\$ 352.762.038,95, referentes à empresa FIBRIA-MS Celulose Sul Mato-grossense LTDA., por desistência de alocação do saldo de recursos inscritos em restos a pagar, no total de R\$ 315.540.866,31, tendo em vista a realização de liquidação antecipada da operação de financiamento; e à empresa HPE Automotores do Brasil LTDA., por redução do valor total do projeto e conseqüente alteração no valor de participação do FDCO relacionado ao saldo de recursos empenhados, no valor de R\$ 37.221.172,64.

O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I da coluna "Realizado B" do quadro anterior), no valor de R\$ 243.944.101,79, corresponde ao valor registrado no item I da coluna "Previsto A" desse quadro deduzido ainda os empenhos cancelados referentes às seguintes empresas: Premium Armazenagem e Administração S.A., Fides Gold Mineradora S.A., Unir Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda, Arena BSB SPE S.A., Agrodinâmica Comércio e Representações Ltda. e Adoralle Alimentos Ltda., por desistência das empresas e por decisão do agente operador de não aprovação dos projetos, totalizando o valor de R\$ 816.544.893,95. Houve ainda o cancelamento do empenho no valor de R\$ 2.670.009,00, em virtude de melhor entendimento por parte da Diretoria de Administração da Sudeco. Tal recurso havia sido empenhado com o intuito de apoiar atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

Da dotação orçamentária destinada ao FDCO para o exercício de 2021, foram realizados empenhos no montante de R\$ 949.219.417,56 e reservado o valor de R\$ 13.506.936,44 para o apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, em conformidade com o § 7º do art. 17 da Lei Complementar nº 129/2009.

Os desembolsos financeiros previstos para o exercício de 2021, no valor de R\$ 29.911.175,14, conforme item V, coluna "Previsto (A)", não foram integralmente efetivados em razão do descompasso entre a programação e a execução efetiva de investimentos nos projetos, provocando uma reprogramação das previsões para o ano de 2021.

Dessa forma, foram desembolsados R\$ 13.003.048,19 referentes a recurso empenhado em 2015 (Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – MGO), conforme apresentado a seguir.

Quadro 15 – Desembolsos Realizados no Exercício de 2021

Parcela	Empresa	Valor da Empresa (R\$)	Recurso Revertido à Sudeco 2% (R\$)	Total (R\$)
9ª	MGO	13.003.048,19	260.060,96	13.263.109,15
Total		13.003.048,19	260.060,96	13.263.109,15

Destaca-se que, nesse exercício, não houve pedido de liberação para a empresa Companhia Thermas do Rio Quente.

No que se refere aos recursos das transferências do FDCO (2% do valor de cada liberação de recursos) creditados à Sudeco como receitas (art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 129/2009), o valor realizado, no montante de R\$ 260.060,96, conforme quadro acima, também foi inferior ao previsto, tendo em vista que somente é revertido como receita quando ocorre o desembolso de recursos às empresas, proporcionalmente aos valores liberados.

Origem dos Recursos do FDCO, Aplicação no Exercício e Saldos Acumulados

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, constituem recursos do Fundo as dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais; eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados; a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e outros recursos previstos em lei.

A dotação orçamentária aprovada para o exercício de 2021 compreendeu a dotação aprovada pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no valor de R\$ 236.571.863,00, a suplementação orçamentária autorizada conforme a Portaria Fazenda/ME nº 6.937, de 18 de junho de 2021, no valor de R\$ 47.314.372,00, e a suplementação orçamentária autorizada pela Lei nº 14.241, de 19 de novembro de 2021, no valor de R\$ 678.840.119,00, totalizando o orçamento no valor de R\$ 962.726.354,00.

O quadro, a seguir, apresenta o resumo das consultas prévias apresentadas no exercício de 2021.

Quadro 16 – Resumo das Consultas Prévias Apresentadas em 2021

Situação	Total	Valor Total do Investimento (R\$)	Participação do FDCO (R\$)
I – Apresentados	17	3.080.284.513,78	1.467.532.791,59
II – Análise Concluída	12	2.498.953.282,78	1.185.720.175,59
III – Em Análise	05	581.331.231,00	281.812.616,00
IV – Devolvidos e não reapresentados	0	0,00	0,00
V – Aprovados	12	2.498.953.282,78	1.185.720.175,59
VI – Empenhados	8	1.897.511.978,00	930.607.272,12

Em 2021, não houve formalização de contrato com recursos do FDCO.

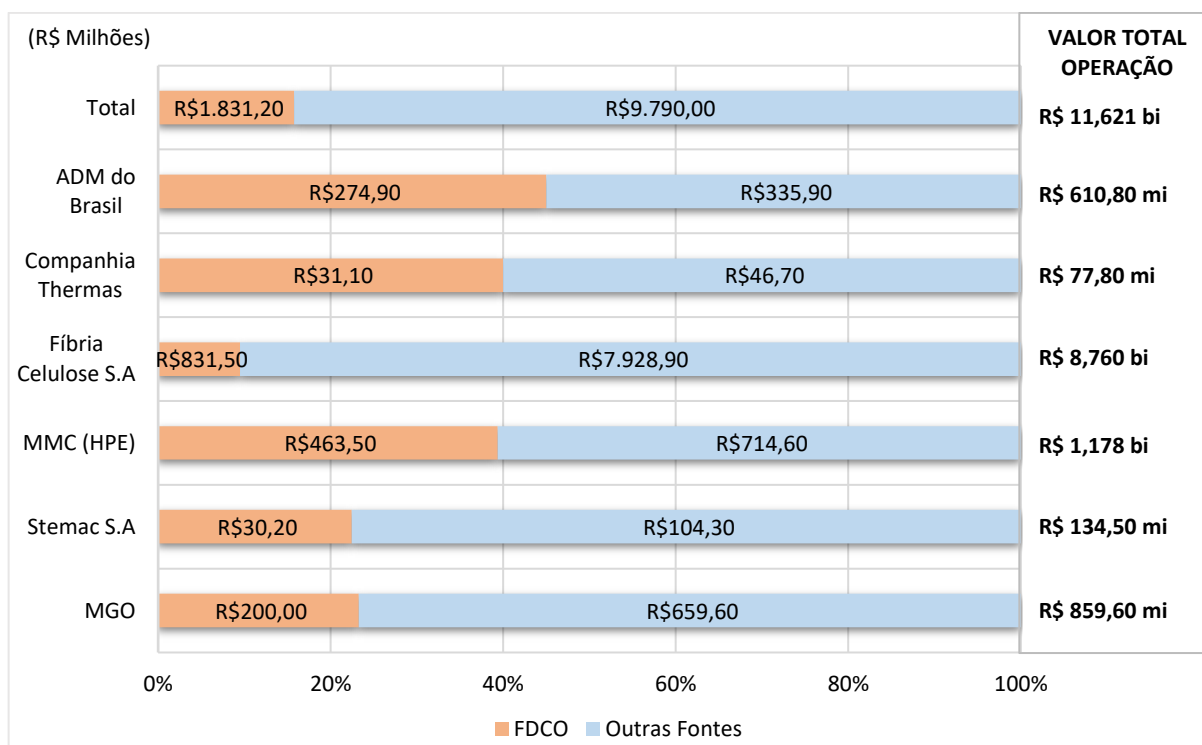
O FDCO encerrou o exercício de 2021 apresentando, como Resultado Financeiro, o saldo de R\$ 1.179.900.410,64 de recursos empenhados, conforme item IX, coluna “Realizado B”, do Quadro 14.

Desse montante, R\$ 53.060.370,64 referem-se a recursos a liberar de operações contratadas; R\$ 117.861.000,00 referem-se a projeto que retornou ao Banco do Brasil S.A. para nova análise de viabilidade econômico-financeira do empreendimento da empresa Nexa Recursos Minerais; R\$ 59.759.622,00 referem-se a recursos empenhados em favor das empresas Bello Alimentos, Hidroelétrica Chapadão e ERR Empreendimento Imobiliário que finalizaram o ano em fase de análise de viabilidade econômico-financeira do empreendimento junto ao agente operador; e R\$ 949.219.417,56 referem-se a recursos empenhados, com consultas prévias aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudeco, em favor das seguintes empresas: Elleven Energy & Environment, Guaraná Mineiro, Icegol Indústria de Sorvetes, MEZ 3 Energia, MEZ 9 Energia, Rumo, UFV GYBR X Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica e UFV GYBR XIII Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica.

Desde o início de suas atividades, o FDCO contratou seis operações. Essas contratações trouxeram para o Centro-Oeste um investimento de R\$ 11.621.200.000,00, desses, R\$ 1.831.200.000,00 foram recursos do Fundo (Gráfico 14). Essas operações propiciaram a geração e/ou manutenção de cerca de 50,5 mil postos de trabalho na Região, entre diretos e indiretos.

Quatro projetos beneficiaram o estado de Goiás, no montante de R\$ 724.800.000,00, e dois beneficiaram o estado de Mato Grosso do Sul, no montante de R\$ 1.106.400.000,00. Os setores demandantes foram: indústria com R\$ 1.600.100.000,00, infraestrutura com R\$ 200.000.000,00 e de serviços, 31.100.000,00.

Gráfico 13 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2021



Analisando os valores contratados, demonstrados no gráfico 15, de acordo com a tipologia definida na PNDR à época dessas contratações, verifica-se que do total de recursos contratados (R\$ 1.831.200.000,00 – 6 operações), 45,4% (R\$ 831.500.000,00 – 1 operação) foram

para um município classificado como de economia “Estagnada” (Três Lagoas em Mato Grosso do Sul – MS); 43,7% (R\$ 799.700.000,00 – 4 operações) foram para municípios classificados como “Alta Renda” (Campo Grande – MS, Rio Quente, Catalão e Itumbiara em Goiás – GO); e 10,9% (R\$ 200.000.000,00 – 1 operação) foram para municípios classificados como “Mesorregião de Águas Emendadas” (Campo Alegre de Goiás e Catalão, municípios classificados como “Alta Renda”; e Cristalina, classificado como de economia “Estagnada”; todos localizados no estado de Goiás).

Gráfico 14 – Percentual de Valores por Tipologia dos Municípios Beneficiados – PNDR

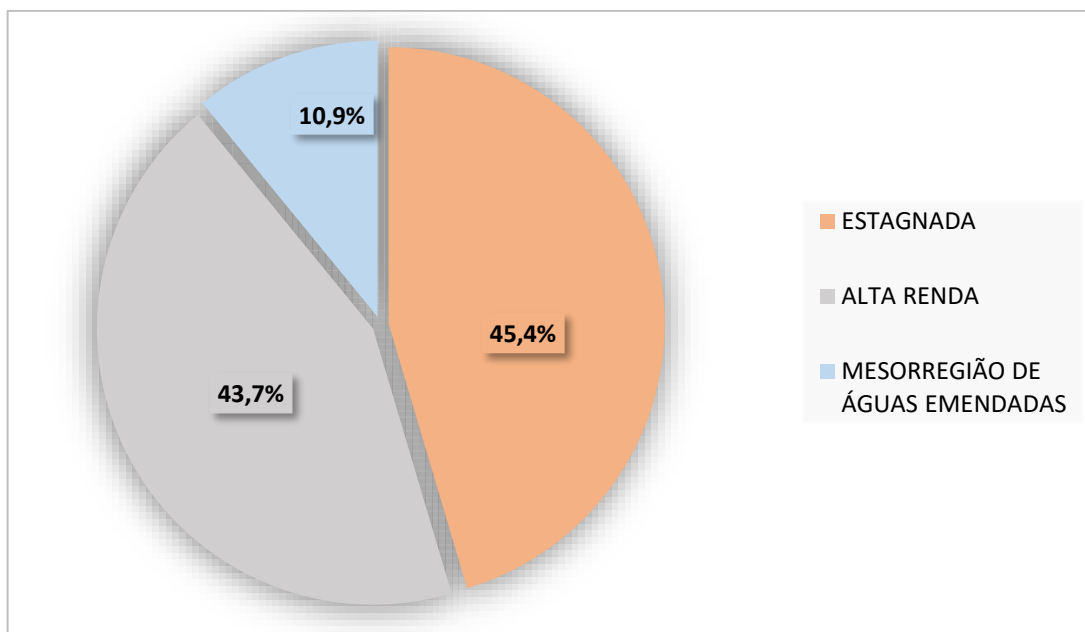
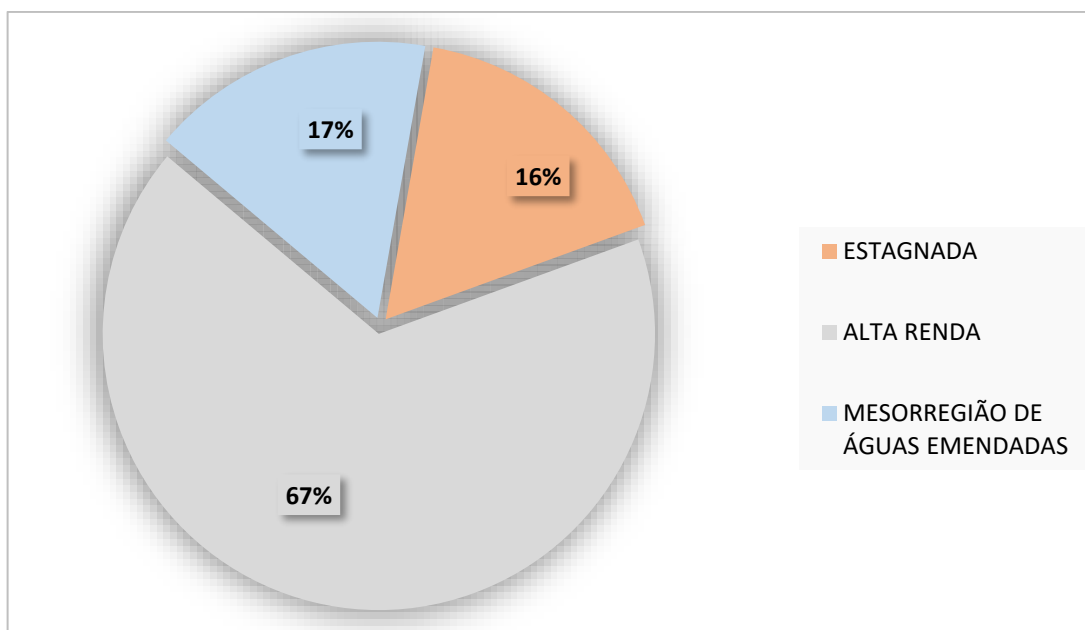


Gráfico 15 – Percentual de Contratações por Tipologia dos Municípios Beneficiados – PNDR



Relacionamento dos Recursos do Fundo com a Atuação da Unidade no Desempenho de suas Funções

Como já foi mencionado, o FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, assegurando recursos para a implantação

de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

Em 2021, verificou-se a realização integral de sua dotação orçamentária destinada aos investimentos em projetos de empreendimentos de interesse de pessoa jurídica, considerando os empenhos realizados no decorrer desse ano. Os empenhos foram feitos para o agente operador (Banco do Brasil S.A.) em benefício dos projetos de oito empresas, sendo seis do setor de infraestrutura e duas do setor tradicional.

Para melhor visualização, foi elaborado o quadro a seguir com informações sobre os empenhos realizados no exercício de 2021.

Quadro 17 – Empenhos Realizados no Exercício de 2021

Empresa	Setor	Valor Empenhado (R\$)
Elleven Energy & Enviroment S.A.	Infraestrutura	58.650.000,00
Guaraná Mineiro LTDA.	Tradicional	62.235.402,17
Icegol Indústria de Sorvetes LTDA.	Tradicional	20.787.806,86
MEZ 3 Energia S.A.	Infraestrutura	22.364.797,44
MEZ 9 Energia S.A.	Infraestrutura	35.020.284,24
Rumo S.A.	Infraestrutura	476.610.676,38
UFV GYBR X Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica LTDA.	Infraestrutura	147.717.243,25
UFV GYBR XIII Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica LTDA.	Infraestrutura	125.833.207,22
Total empenhado	-	949.219.417,56

Em relação ao objetivo de comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, entende-se que o FDCO o atingiu no que diz respeito às disponibilidades dos recursos programados para investimento em projetos de empreendimentos de interesse de pessoa jurídica, tendo em vista que esses recursos foram comprometidos em sua totalidade, considerando os empenhos realizados no ano de 2021. Entretanto, os recursos reservados para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, correspondentes a 1,5% dos recursos oriundos de juros e amortizações dos financiamentos do Fundo, conforme estabelecido no § 7º do art. 17 da Lei Complementar nº 129/2009, não foram utilizados por falta de publicação das normas de operacionalização. Tais normas encontram-se em fase de deliberação/aprovação pelo Condel/Sudeco, bem como tratativas com o Ministério da Economia para a correta aplicação desses recursos.

Adicionalmente, cabe ressaltar que foram cancelados seis empenhos em 2021, no montante de R\$ 1.169.306.932,90, referentes à empresa FIBRIA-MS Celulose Sul Mato-grossense LTDA., por desistência de alocação do saldo de recursos inscritos em restos a pagar, no total de R\$ 315.540.866,31, tendo em vista a realização de liquidação antecipada da operação de financiamento; à empresa HPE Automotores do Brasil LTDA., por redução do valor total do projeto e consequente alteração no valor de participação do FDCO relacionado ao saldo de recursos empenhados, no valor de R\$ 37.221.172,64; às empresas Premium Armazenagem e Administração S.A., Fides Gold Mineradora S.A., Unir Industria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda, Arena BSB SPE S.A., Agrodinâmica Comércio e Representações Ltda. e Adoralle Alimentos Ltda., por desistência das

empresas e por decisão do agente operador de não aprovação dos projetos, totalizando o valor de R\$ 816.544.893,95. Houve ainda o cancelamento de um empenho, no valor de R\$ 2.670.009,00, em virtude de melhor entendimento por parte da Diretoria de Administração da Sudeco. Tal recurso havia sido empenhado com o intuito de apoiar atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

Demonstrações Contábeis do Fundo

Conforme art. 5º do Anexo do Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019, que regulamenta o Fundo, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo será realizada exclusivamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal – SIAFI e atenderá às normas expedidas pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal.

A Declaração do Contador, os balanços, demonstrações e notas explicativas, referentes ao exercício de 2021, estão disponíveis no site da Sudeco, na seção “Transparência e Prestação de Contas”, subseção “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”. O link para acesso direto é: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas-1/demonstracoes-contabeis-do-fdco-em-2021.pdf>.

5.3 – Normas Legais e Técnicas Adotadas

As Demonstrações Contábeis – DCON da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001. Além disso, foram feitas em consonância, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

Para assegurar o controle e a garantia da confiabilidade, regularidade e abrangência dos registros e procedimentos contábeis, é realizado pelo Contador e/ou substituto o registro mensal da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial que consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

A Divisão de Contabilidade (DIVCONT) integra a estrutura da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira e Prestação de Contas, subordinada à Diretoria de Administração. É composta pela contadora Ana Yukie Nakandakari Ishihara e, em seus afastamentos legais, a responsabilidade fica a cargo do contador substituto, Carlos André do Carmo Silveira. As competências foram mapeadas por meio de procedimento administrativo de gestão interna. Dessa forma, algumas atribuições da DIVCONT são:

- Executar atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras, 533018 e 537004;
- Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

- Elaborar o Relatório Contábil (declaração do contador, demonstrações e notas explicativas) e Relatório de Gestão;
- Solicitar providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- Registrar o nome do agente responsabilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, levantado em face do débito apurado, decorrente de instauração de Tomada de Contas Especial;
- Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais e institucionais da Administração Pública Federal, no âmbito de suas atribuições.

Os instrumentos de controles contábeis adotados são:

- Observância às normas legais, instruções normativas, resoluções;
- Segregação de funções;
- Sistemas de conferências, aprovação e autorização (realizado pelo conformista de registro de gestão, gestor financeiro e ordenador de despesa);
- Orçamento (acompanhamento orçamentário pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP);
- Patrimônio (acompanhamento pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS);
- Planilhas de conferências de cálculos.

5.4 – Localização dos Balanços, Demonstrações e Notas Explicativas

Os balanços, demonstrações e notas explicativas foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). A Declaração do Contador, os balanços, demonstrações e notas explicativas da Sudeco, referentes ao exercício de 2021, estão disponíveis no site da Autarquia, na seção “Transparência e Prestação de Contas”, subseção “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”. O link para acesso direto é: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas-1/demonstracoes-contabeis-da-sudeco-em-2021.pdf>.